

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

VANDERLI MELO DA SILVA

**A CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO COMO OBJETO DA
PSICOLOGIA NO BRASIL**

Maceió-AL
2016

VANDERLI MELO DA SILVA

**A CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO COMO OBJETO DA
PSICOLOGIA NO BRASIL**

Dissertação para o Curso de Mestrado em
Psicologia do Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de
Alagoas.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Maria
Hüning.

Maceió-AL
2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S586c Silva, Vanderli Melo da.
A constituição dos processos de urbanização como objeto da psicologia no Brasil / Vanderli Melo da Silva. 2016.
87 f.

Orientadora: Simone Maria Hüning.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 85-87.

1. Psicologia social. 2. Urbanização — Aspectos psicológicos. 2. Psicologia — História — Brasil. I. Título.

CDU: 316.6(81)

Folha de Aprovação

AUTORA: VANDERLI MELO DA SILVA

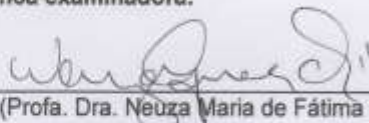
(A Constituição Dos Processos De Urbanização Como Objeto Da Psicologia No Brasil / dissertação de mestrado em psicologia, da Universidade Federal de Alagoas, na forma normatizada e de uso obrigatório).

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 06 de 06 de 2016.

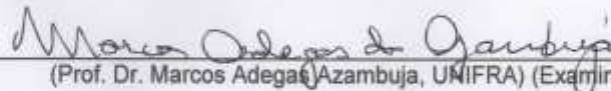


(Profa. Dra. Simone Maria Hüning, UFAL) (Orientadora)

Banca examinadora:



(Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi, UFRGS) (Examinador externo).



(Prof. Dr. Marcos Adegas Azambuja, UNIFRA) (Examinador externo).

A Deus, que me permitiu chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

À Verene, minha mãe, por ser meu porto seguro, pelo seu amor e cuidado tão valorosos e incondicionais em todos os momentos da minha existência.

À minha avó amada, Josefa, que alegra os meus dias com sua doçura e seu amor tão bonitos.

Ao meu pai, Mariano, que, de onde estiver, sei que cuida e olha por mim.

Ao querido Jorge, que tem sido um companheiro de jornada tão importante, me ensinando a olhar o mundo com delicadeza e curiosidade.

À minha orientadora, Simone Hüning, pelo esforço, atenção e incentivo fundamentais na produção desta pesquisa.

À Neuza Guareschi e Marcos Azambuja pelas avaliações e contribuições ao trabalho.

À CAPES que me concedeu bolsa de estudo durante um período importante do tempo de pesquisa.

Aos professores que me marcaram de alguma forma, contribuindo com seus conhecimentos ao longo deste mestrado: Lisandra Moreira, Marcos Mesquita, Frederico Alves, Nadja Vieira, Henrique Simões e Heliane Leitão.

Aos colegas do grupo de pesquisa, que me propiciaram reflexões fundamentais para a produção deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, que compartilharam comigo as angústias, aflições e alegrias de ter um curso de mestrado ocorrendo ao mesmo tempo em que acontece a vida.

Às amigas que o mestrado me trouxe e que estiveram de um modo muito especial em momentos importantes deste percurso: Aline Kelly, Ana Luiza, Valéria Vanessa e Simone Lopes.

Aos amigos que a psicologia me presenteou e que já há muito tempo seguem comigo nas horas mais significativas, trazendo alegria pra celebrar e força pra prosseguir: Adeilson Vital, Thais Tavares, Lidiane Freitas, Patricia Livia, Alysson Cavalcante.

RESUMO

Os processos de urbanização no Brasil são historicamente atravessados por práticas excludentes e segregacionistas que põem em evidência a violação dos direitos à cidadania e à liberdade da maior parte da população. A maneira como esses processos sociais são pensados, praticados, construídos, modificados historicamente e dispostos é permeada pela produção de processos de subjetivação que, por vezes, naturalizam práticas de segregação e determinados discursos excludentes, sendo uma questão importante a ser problematizada pela psicologia enquanto um campo do conhecimento que trabalha os processos subjetivos. O objetivo geral desta pesquisa é conhecer e analisar de que maneira os processos de urbanização passam a constituir alvo de interesse nos estudos da psicologia no Brasil. Definimos como objetivos específicos: analisar quais são as problematizações feitas em relação aos processos de urbanização na produção de conhecimento em psicologia; identificar quais referenciais teóricos e métodos estes artigos tomam para discutir os processos de urbanização; discutir as transformações e contribuições do conhecimento produzido pela psicologia em relação à abordagem dos processos de urbanização. Para tanto, tomamos a revisão de literatura e a análise histórica como uma ferramenta para apreender a produção da psicologia sobre os processos de urbanização e a psicologia histórica de Nikolas Rose para subsidiar a análise desta produção. Concluímos que os processos de urbanização na psicologia foram gradativamente tomando mais espaço, ganhando amplitude e periodicidade, assim como as formas pelas quais se tratou e estudou esse tema. Analisamos que, mesmo coexistindo diversas práticas em todo o percurso histórico de tomada desse objeto, foi-se constituindo na psicologia um afastamento de questões teóricas e metodológicas pautadas em olhares individualizantes sobre o urbano em detrimento de problematizações que privilegiam os processos de urbanização como uma construção social.

Palavras-chave: Processos de urbanização. Psicologia. Psicologia Histórica.

ABSTRACT

Urbanization processes in Brazil are historically crossed by exclusionary and segregationist practices that highlight the violation of the rights of citizenship and freedom of the majority of the population. How these social processes are thought, practiced, constructed, historically modified and arranged is permeated by the production of subjectivity processes that at times naturalize segregation practices and certain exclusionary discourses, an important issue to be problematized in psychology as a field of knowledge which studies the subjective processes. The objective of this research is to know and analyze how urbanization processes now constitute the subject of interest in psychology studies in Brazil. Thus, we seek as specific objectives: to analyze what are the problematizations made in relation to urbanization processes in the production of knowledge in psychology; identify which theoretical frameworks and methods these articles take to discuss the urbanization processes; discuss the changes and contributions of knowledge produced by psychology in relation to the approach of urbanization processes. For this, we take the literature review and historical analysis as a tool to grasp the psychology literature on urbanization processes and the historical psychology of Nikolas Rose to support the analysis of this production. We conclude that the urbanization processes in psychology were gradually taking more space, gaining amplitude and frequency, as well as the ways in which was treated and studied the subject. We analyzed that even coexisting several practices throughout the historical course of making this object, it was constituting in psychology a distance from theoretical and methodological issues guided in individualizing views on urban rather than problematizations that privilege the processes of urbanization as a social construction.

Keywords: Urbanization processes. Psychology. Historical Psychology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descritores utilizados na busca periódicos científicos brasileiros: Arquivos Brasileiros de Psicologia, Psico e Psicologia e Sociedade21
Quadro 2 – Apresenta o ano, volume e o número das revistas que não foram acessadas	23
Quadro 3 – Traz o resultado das estratégias de busca realizadas nas bases de dados selecionadas, segundo os critérios de inclusão e exclusão	24
Quadro 4 – Apresenta, em ordem cronológica de publicação, os artigos a serem analisados: volume, número, ano, autor e seus principais objetivos e instrumentos	27

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ESTUDO	14
2.1	Análise histórica	17
2.2	Produzindo dados	18
2.3	Revisando e selecionando	22
2.4	Apresentando os materiais	25
3	CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE UM NOVO OBJETO	33
3.1	Percursos da psicologia na problematização do urbano	33
3.2	Urbano: espaço de controle, adaptação e sentimentos do indivíduo	36
3.3	A constituição do urbano como um espaço de produção subjetiva e construção social	39
3.4	Relações dicotômicas na produção do urbano	46
4	ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DE SABER SOBRE O URBANO	50
5	TRANSFORMAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	65
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a análise das produções científicas da psicologia no Brasil que têm como temática a interface da psicologia com os processos de urbanização. Para isso, trabalhamos com os periódicos brasileiros Arquivos Brasileiros de Psicologia, Psico e Psicologia e Sociedade. Os conceitos aqui trabalhados foram tratados na perspectiva da psicologia social, a qual compreendemos, em concordância com Silva (2004), como um campo de saber no qual o social, que é seu objeto, não pode ser tomado como natural. Nessa concepção o social é perpassado por uma multiplicidade de construções humanas que se transformam constantemente a partir de constituições históricas.

Realizamos uma revisão de literatura em articulação com autores que discutem e problematizam esse campo embasados pela concepção de social apresentada para refletir sobre uma temática ainda muito incipiente na produção da psicologia brasileira: a discussão dos processos de urbanização como objeto da psicologia.

Vale ressaltar que, entendendo que este trabalho se constrói em meio a uma diversidade de outros saberes, não pretendemos dar conta de um conhecimento geral ou mais legítimo, mas de uma produção local e parcial diante da multiplicidade de outras formas de conceber nosso objeto de estudo (SANTOS, 1999). Assim, o conhecimento produzido neste trabalho se faz como mais uma perspectiva de saber dentre outras possíveis ou disponíveis, portanto se pauta no “reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento” (SANTOS e MENESES, 2010, p. 54).

Desse modo, recusamos qualquer perspectiva de verdade que seja tomada como algo único, legítimo, imutável, pois concordamos com Santos (2012) quando traz que “é a verdade, ela própria, um acontecer, mais do que um acontecimento” (p. 54). Com isso, não nos incubimos da precupação de desvelar ou aferir um conhecimento mais verdadeiro ou mais universal, uma vez que não tratamos, nesta pesquisa, os saberes como estáticos, naturais ou neutros. Partimos de uma concepção de saber processual, produzido constantemente, a partir de contextos específicos (SANTOS, 2012). Assim, o conhecimento científico neste trabalho se constitui como uma dentre outras “práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real”. (SANTOS e MENESES, 2010, p. 50).

Afirmamos também a relevância do tipo de conhecimento que produzimos em psicologia por suas implicações éticas e políticas e sua importância na transformação da realidade (ROSE, 2008). Por isso, partimos de uma produção que busca contribuir com novos olhares para as construções históricas tomadas como evidentes, produzindo rupturas nesse campo de saber. Aproximamo-nos da temática dos processos de urbanização com o intuito de que esse conhecimento produzido possa repercutir na construção de políticas públicas que atentem para os processos de subjetivação na proposição de projetos de urbanização.

De acordo com Santos (1993) os processos de urbanização no Brasil iniciaram-se no século 18 e tiveram avanço a partir do processo de expansão do capitalismo e a industrialização do país. Com isso, os grandes centros urbanos começaram a se tornar polos criadores de pobreza, para onde se atrai e se mantém grande parte da população pobre sob condições de existência degradantes. Essas condições dizem respeito a um modelo socioeconômico e espacial de cidade que se desenvolve em associação com a pobreza, incidindo na construção de periferias onde a população vive em situações miseráveis (SANTOS, 1993). Coimbra (2001) traz que uma das primeiras cidades brasileiras urbanizadas foi o Rio de Janeiro, que importou o modelo parisiense de urbanização pelo qual se implantaram formas segregacionistas do espaço público, pautadas numa visão higienista de sociedade. A autora afirma que a partir desse modelo, entendia-se que todos aqueles considerados vagabundos, mendigos, operários, assalariados e toda a população pobre da cidade, adoecia o ambiente e trazia ameaças aos ricos. Assim, em nome do desenvolvimento, essas pessoas são expulsas das áreas centrais da cidade e vão formar os chamados “territórios dos pobres” (COIMBRA, 2001, p. 96), as grandes periferias das grandes cidades, onde passaram a viver em condições miseráveis, com recursos precários de moradia, saúde, saneamento básico ou transporte (COIMBRA, 2001). Se constituindo de forma insalubre, são nesses espaços onde os discursos hegemônicos sobre violência e criminalidade ecoam e geram relações cada vez mais marcadas pela exclusão, marginalização e segregação. (COIMBRA, 2001).

A criação dos territórios urbanos no país negligencia os princípios de cidadania e liberdade que assinalam os pressupostos de uma sociedade democrática (SANTOS, 1993). Dessa forma, esses processos urbanos, pautados em

uma noção moderna de urbanização, se produzem a partir de uma lógica de funcionamento baseada em práticas excludentes que tentam conciliar pobreza e desenvolvimento de mercado (CALDEIRA, 1997). Essas transformações modificam as relações de uso e compartilhamento dos espaços públicos e evidenciam os processos de urbanização que compõem o sofrimento e as problemáticas que permeiam os discursos sociais.

Esse tema interessa à psicologia social à medida que a maneira como esses processos sociais são pensados, praticados, construídos, modificados historicamente e dispostos é permeada pela produção de processos de subjetivação que, por vezes, naturalizam práticas de segregação e determinados discursos excludentes sobre urbanização de risco, segurança, violência, etc.

Além do mais, a própria psicologia, nas suas mais variadas correntes teóricas, metodológicas e práticas goza do status de ciência e espaço de saber construindo discursos que se produzem como autorizados e legítimos, se inserindo em estratégias de governamentalidade que, muitas vezes, se arrogam de um saber para produzir relações de poder e processos de subjetivação marginalizadores que vão se construindo e naturalizando ao longo da história (COIMBRA, 2001).

Diante disso, a relevância desse estudo está em compreender como, historicamente, a psicologia se apropriou e produziu esses temas que envolvem processos de urbanização. A partir disso, procuraremos questionar: como a psicologia se aproxima e constitui a temática dos processos de urbanização? Como são produzidos os discursos sobre os processos de urbanização nesse campo de conhecimento?

Propomos uma reflexão sobre os efeitos dessa articulação entre processos de urbanização e psicologia. Faremos uma discussão crítica das publicações que têm sido veiculadas no campo de saber da psicologia. Várias disciplinas, como Ciências Sociais, Arquitetura, Urbanismo e Geografia Humana e Política procuram oferecer um olhar para essas produções dos espaços urbanos (HÜNING, 2015), mas poucas voltam-se à problematização da produção da psicologia sobre os processos de urbanização.

Nosso intuito, como pesquisadores desta ciência humana e social é fazer uma revisão de literatura, seguida de uma análise histórica a respeito do que a psicologia produziu sobre os processos de urbanização. Construiremos essa análise como

[...] uma maneira de utilizar investigações do passado para permitir pensar de forma diferente sobre o presente, para interrogar aquilo que em nossa experiência contemporânea tomamos como certeza, através de um exame das condições em que nossas formas atuais de verdade tem sido possíveis.¹ (ROSE, 1991, tradução nossa).

Entendemos que a produção da psicologia é um importante campo de constituição de saberes e de verdades, assim, analisamos as condições que possibilitaram esses conhecimentos a fim de pensar as verdades e concepções sobre esses processos de urbanização na psicologia.

A forma pela qual a história da psicologia vem sendo construída, tradicionalmente perpassa uma ordem linear, cronológica e naturalizada, geralmente narrada a partir de uma perspectiva evolucionista que parte de um paradigma considerado menos evoluído e um mais avançado (GUARESCHI et al., 2013). Rompendo com uma perspectiva histórica clássica (GUARESCHI, et al., 2013) defende-se aqui uma maneira diferente de pensar os processos históricos que demarcam as articulações entre psicologia e processos de urbanização, colocando em questão o modo pelo qual os processos de urbanização passam a constituir problema e objeto nos estudos da psicologia no Brasil. Entendemos que a relação entre psicologia e os processos de urbanização está em constante transformação, de forma que não pretendemos naturalizar esse encontro, mas discutir a história da produção dos processos de urbanização como objeto de conhecimento da psicologia.

Seguindo Rose (1991), que propõe uma história crítica da psicologia, entendemos que nosso propósito é esmiuçar as relações carregadas de ambiguidades entre a ética, a produção do conhecimento e as formas de poder. Desse modo, a partir de Guareschi et al. (2013), recusamos a perspectiva histórica tradicional de narrativas da construção dos saberes e tomamos como perspectiva “demarcando os acidentes, inversões e desvios que evidenciam, não a unidade de uma história de um campo de saber, mas as suas fragmentações e heterogeneidades” (p.150). Assim, com a nossa proposta, objetivamos apontar a multiplicidade de discursos teóricos no campo da psicologia e problematizar a produção de saber nesse campo e seus efeitos de verdade sobre os territórios urbanos.

¹[...] a way of utilising investigations of the past to enable one to think differently about the present, to interrogate that in our contemporary experience which we take for granted, through an examination of the conditions under which our current forms of truth have been made possible.

Sendo esse um campo de interesse da psicologia enquanto ciência política e social, questionamos as aproximações e interseções da psicologia com as temáticas referentes aos processos de urbanização e de que maneira a psicologia tem compreendido e veiculado esses discursos.

A fim de viabilizar esse estudo propomos um objetivo geral e três objetivos específicos, apresentados a seguir:

Objetivo geral:

Conhecer e analisar de que maneira a psicologia brasileira se aproxima e constitui a temática dos processos de urbanização.

Objetivos específicos:

- Analisar quais são as problematizações feitas em relação aos processos de urbanização na produção de conhecimento em psicologia;
- Identificar quais referenciais teóricos e métodos a psicologia toma para discutir os processos de urbanização;
- Discutir as transformações e contribuições do conhecimento produzido pela psicologia em relação à abordagem dos processos de urbanização.

Após o Capítulo 2, que tratará dos aspectos teórico-metodológicos do trabalho, os capítulos seguintes serão estruturados a partir dos objetivos específicos da pesquisa. Assim, a análise feita a partir do primeiro objetivo específico (Constituição histórica de um novo objeto) corresponderá ao Capítulo 3; a discussão segundo objetivo específico (Estratégias de produção de saber sobre o urbano) será feita no Capítulo 4 da pesquisa; finalmente, o terceiro objetivo (Transformações e contribuições) será abordado no quinto capítulo.

No terceiro capítulo trabalharemos as aproximações entre psicologia e processos de urbanização no Brasil e suas constituições históricas. Articularemos a discussão dos dados referentes ao primeiro objetivo específico proposto no estudo: analisar quais são as problematizações feitas em relação aos processos de urbanização na produção de conhecimento em psicologia. Assim, a partir dos estudos encontrados na literatura sobre tais propostas, discutiremos o modo como elas começam a ingressar nos estudos na psicologia e como se constituem novas concepções dos processos de urbanização nesse campo de saber.

No quarto capítulo refletiremos sobre as legitimações e rupturas na produção teórica da psicologia. Procuraremos discutir os princípios teórico-metodológicos pelo

quais a psicologia tem se norteado na abordagem dos processos de urbanização e sua produção em torno dos projetos de construção dos espaços urbanos na cidade. Serão analisadas as formas pelas quais os discursos das diversas construções científicas que fundamentam essas práticas afirmam e dão visibilidade a determinadas concepções de sujeito. Assim, nos debruçamos sobre a análise dos argumentos e os saberes convocados e autorizados pela psicologia para corroborar a construção dos territórios urbanos.

No quinto capítulo trataremos das problematizações e contribuições da psicologia à temática dos processos de urbanização. Abordaremos, então o terceiro objetivo específico proposto. Para isso, discutiremos as transformações e contribuições do conhecimento produzido pela psicologia em relação à abordagem dos processos de urbanização. Buscaremos explicar as críticas e considerações da psicologia em torno dos processos de urbanização e analisar se essas construções fazem alusão às questões que envolvem cidadania e liberdade nos espaços urbanos.

No Capítulo 6 faremos as considerações finais do trabalho e retomaremos alguns pontos que se destacaram nas reflexões feitas ao longo da pesquisa. Traremos os principais resultados das discussões apresentadas nos capítulos anteriores, procurando estabelecer uma articulação entre as questões abordadas em toda a dissertação. Espera-se que a pesquisa possa contribuir com a produção de conhecimento na psicologia aproximando-o da temática dos processos de urbanização e que esse conhecimento produzido possa colaborar na construção de políticas públicas que visem projetos urbanos de valorização da vida na cidade.

2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ESTUDO

De acordo com Silva (2004), as produções sociais não são naturais, sendo necessário deixar de tomá-las como algo evidente e passar a constituí-las como problema. Isso quer dizer que as práticas sociais não são resultado de uma natureza que produz modos de existência inerentes ao desenvolvimento humano, mas se constituem como uma multiplicidade que só pode ser construída numa relação de forças atravessadas por um determinado campo histórico. A autora afirma que, por vezes, as práticas sociais são naturalizadas e qualificadas como aquilo que constitui aspectos inerentes às relações humanas. Quando isso ocorre é porque negou-se esse social como uma produção histórica, tomando-o somente como um espaço. Com isso, o social é reduzido às relações que os indivíduos, nos seus locais comuns, trocam ou compartilham.

Desse modo, quando nos propomos a problematizar a história das aproximações entre psicologia e processos de urbanização, nosso objetivo não é reduzir essa prática social complexa a um discurso, a uma prática evidente, justificada como pertencente a uma natureza, mas problematizar seu aspecto de “um saber que produz os objetos dos quais fala” (GUARESCHI, et al., 2013, p. 151).

Para pensar a nossa perspectiva de psicologia social, concordamos com Silva (2004) quando diz que é preciso desnaturalizar o social, de modo que, ao invés de a psicologia explicar o social, “é o próprio social que deve explicar o surgimento da psicologia moderna.” (SILVA, 2004, p. 12). A autora coloca em questão a necessidade de se compreender “a partir de que momento o social passa a ser formulado como um problema que requer um tipo de intervenção específico” (p. 14). Assim, aponta que o social só passa a ser tomado como problema quando as relações informais já não conseguem mais dar conta do funcionamento social. A partir disso, criam-se um corpo de profissionais especializados em solucionar as perturbações causadas pela desordem social, uma vez que as intervenções comuns já não são mais capazes de resolvê-las. A autora coloca que, a partir dessas transformações, a psicologia social, então, se torna necessária para intervenção nesse social que se torna problemático à sociedade, se diferenciando de outras áreas da psicologia.

Situamos, neste estudo, a compreensão da produção da psicologia sobre os processos de urbanização como um objeto no qual nos implicamos no sentido de

produzir uma análise sobre essa relação. Assim, interessa-nos pensar como a produção de verdades em psicologia contribui e relaciona-se à produção dos territórios urbanos e suas práticas.

Para problematizar a maneira como os processos de urbanização passam a constituir alvo de interesse da psicologia no Brasil faremos, inicialmente, uma revisão de literatura para identificar e organizar a produção acadêmica da psicologia sobre os processos de urbanização, dando visibilidade à multiplicidade de discursos que constituem nosso objeto de estudo.

Para subsidiar nosso trabalho de levantamento de materiais e trazer maior organização a nossa produção de dados seguimos, inicialmente, algumas orientações do método de revisão sistemática de literatura. É importante enfatizar, no entanto, que utilizamos nesse trabalho somente alguns passos desse método. Este método foi tomado exclusivamente como ferramenta de produção e organização dos dados em virtude da forma sistemática e rigorosa que propõe para a seleção dos materiais que aqui nos interessa. Não perdemos de vista, entretanto, que nosso objetivo final não coincide com o da revisão sistemática de literatura, inclusive em função das diferenças epistemológicas entre esse tipo de pesquisa e a que embasa este trabalho. Isso porque na revisão sistemática de literatura, que tem como origem os estudos clínicos, há um objetivo de esclarecer controvérsias, se distanciando do nosso objetivo que é dar visibilidade aos diferentes discursos, sem chegar a uma síntese. Porém, tomamos as etapas iniciais já sistematizadas pelo método de revisão sistemática de literatura, a fim de organizar nossos materiais e compormos um quadro de referência, a partir do qual pudéssemos seguir por outros percursos de análise.

De acordo com Linde e Willich (2003, *apud* SAMPAIO e MANCINI, 2007), a revisão sistemática de literatura é um método que busca deixar explícitos todos os passos e decisões tomados na investigação de maneira sistematizada e crítica dos procedimentos. Os autores afirmam que esse tipo de pesquisa envolve as informações de vários textos que foram produzidos separadamente sobre um tema específico, mas que o resultado do seu conjunto reúne informações que podem ser confrontadas. Além disso, esse resultado pode auxiliar na construção de novas investigações.

Assim, apesar de não assumirmos os mesmos pressupostos ou objetivos, os procedimentos de identificação e organização dos materiais propostos pela revisão sistemática de literatura, nos ajudam na primeira etapa da pesquisa em questões como a análise da inclusão ou não dos materiais a partir dos critérios inicialmente estabelecidos, bem como sua ordenação e apresentação contribuindo, assim, com o rigor na produção dos dados e a sua melhor visibilidade. A partir disso, seguimos os procedimentos de análise propostos por Rose (1996), inspirado em Foucault, que abordaremos adiante.

A revisão sistemática de literatura obedece a uma sequência de passos a serem percorridos que são: delimitação da pergunta de pesquisa; busca de evidência de que o trabalho inclui todas as produções relevantes; revisão e seleção dos estudos; análise da qualidade metodológica dos estudos e; apresentação dos resultados (SAMPAIO e MANCINI, 2007). Desses passos, seguimos a delimitação da pergunta que orienta o trabalho, a revisão, seleção e apresentação do material. Não realizamos a análise da qualidade metodológica, pois em consonância com as perspectivas de análise inspiradas no trabalho de Foucault (2005), dentre as quais nos situamos, não nos interessa avaliar a qualidade epistemológica desses trabalhos, mas refletir sobre aquilo que eles produzem em termos de novos discursos e práticas. Os resultados são apresentados no sentido de evidenciar a não unidade dos discursos sobre um mesmo objeto, no caso, a questão do urbano.

Sampaio e Mancini (2007) afirmam ainda que, uma vez definida pergunta de pesquisa, o pesquisador deve incluir todos os artigos que tenham importância ou impacto na conclusão da revisão. Eles trazem que a busca de evidência inclui “a definição de termos ou palavras-chave, seguida das estratégias de busca, definição das bases de dados e de outras fontes de informação a serem pesquisadas.” (p. 85). Dessas indicações, seguimos a definição dos termos e sua busca, porém não realizamos uma busca exaustiva das produções, tampouco de todos os tipos de produções acadêmicas, delimitando nosso campo a artigos publicados em apenas três periódicos, selecionados em função da sua relevância para a psicologia brasileira.

Sampaio e Mancini (2007) ressaltam que na etapa de seleção dos estudos é necessário que pelo menos dois pesquisadores revisem os títulos e os resumos que foram trazidos até aqui por meio das seleções anteriores. Os autores colocam a

importância de que essa análise seja feita de forma “independente e cegada, obedecendo rigorosamente aos critérios de inclusão e exclusão definidos no protocolo de pesquisa.” (p. 86). Eles alertam que, se houver alguma dúvida durante a leitura do título e do resumo, o artigo completo precisa ser acessado de modo a contemplar todos os estudos importantes para a revisão sistemática de literatura. Consideramos essa uma etapa importante para este estudo de maneira que esse processo foi realizado integralmente².

Para Sampaio e Mancini (2007), a análise da qualidade metodológica dos estudos depende da validade dos estudos utilizados. Os autores destacam que “nesta fase é importante que os pesquisadores considerem todas as possíveis fontes de erro.” (p. 87). Essa etapa, no entanto, como já mencionado, não foi realizada, porque além de uma diferença entre as análises epistemológicas (que justificariam esse procedimento), consideramos, a partir de uma perspectiva foucaultiana, que os efeitos de verdade dos discursos não provêm de sua qualidade epistemológica.

Na fase de apresentação dos resultados, os artigos incluídos são apresentados em um quadro com suas principais características e resultados (SAMPAIO e MANCINI, 2007). Em relação a esse passo, organizamos as principais conclusões de cada estudo, buscando apontar o que elas constituem para a psicologia.

Desta forma, adotamos esses procedimentos a fim de organizar e analisar os dados desta pesquisa. Uma vez composto um quadro esquemático que possa dar visibilidade ao nosso material de pesquisa, prosseguimos nossa análise buscando evidenciar as construções discursivas que perpassam o objeto de pesquisa.

2.1 Análise histórica

Para a análise dos materiais que resultaram da primeira etapa de organização e produção dos dados e de revisão de literatura, nossa atenção se voltará aos diversos discursos que a psicologia tem construído na produção dos processos de urbanização. Nessa etapa analisaremos os materiais a partir de questionamentos que se desdobram de nossos objetivos de pesquisa.

² Uma leitura e seleção inicial foi realizada pela mestranda e a segunda leitura pela orientadora.

Para isso, utilizaremos a análise histórica proposta por Nikolas Rose (1996) como um instrumento de teorização que possibilita refletir sobre as condições em que se estabeleceram o que entendemos como verdade e como realidade. De acordo com o autor, uma história crítica tem o fundamento de fragilizar aquilo que nos é apresentado socialmente como sólido, necessário, intocável. Fazer uma história crítica possibilita “pensar contra o presente” (ROSE, 1996), tratando as produções sociais que nos são apresentadas cotidianamente a partir de novos horizontes e condições de possibilidade, rompendo com uma construção que impõe um juízo e possibilitando percursos que levem a diversas práticas e olhares.

Com isso, nossa intenção não é uma análise que busque uma síntese do que se produz sobre o tema na psicologia, mas uma reflexão sobre a construção dos processos de urbanização, simultaneamente como objeto e campo da psicologia, vista por diferentes perspectivas e analisada por diferentes abordagens teórico-metodológicas e epistemológicas. Buscamos a não unidade e a dispersão nesse conjunto de enunciados sobre os processos de urbanização, afastando-nos e afastando-o de uma condição essencialista. Interessa-nos sua produção.

Assim, fundamentamos nossa perspectiva de trabalho em autores como Foucault (2005), Rose (2008) e Hüning et. al (2014), sem seguir um roteiro pré-determinado de análise. É a partir de nossas interrogações que tomamos esses textos como enunciados da psicologia sobre os processos de urbanização. Assim, interrogamos de que maneira a psicologia brasileira se aproxima e constitui a temática dos processos de urbanização? Quais são as problematizações feitas em relação aos processos de urbanização na produção de conhecimento em psicologia? Quais referenciais teóricos e métodos a Psicologia toma pra discutir os processos de urbanização? Quais as transformações e contribuições do conhecimento produzido pela psicologia em relação à abordagem dos processos de urbanização?

2.2 Produzindo dados

O trabalho se propõe a uma revisão de literatura seguida da análise histórica (ROSE, 1996) dos trabalhos que tratam dos processos de urbanização produzidos pelos periódicos Arquivos Brasileiros de Psicologia, Psico e Psicologia e Sociedade.

Para isso, foi feita a leitura dos artigos publicados nesses periódicos que corresponderam aos critérios de busca apresentados a seguir.

Iniciamos a produção dos dados do trabalho com uma pesquisa bibliográfica, a fim de pensar as aproximações da psicologia com a problemática da urbanização. Como campo de investigação para questionar de que maneira o uso dos espaços públicos constitui problema para a psicologia no Brasil procedemos à análise de artigos publicados em três periódicos de psicologia brasileiros.

A decisão de selecionar artigos publicados em periódicos científicos para nossa pesquisa se dá por sua existência estar vinculada a uma cultura científica, o que lhe confere atenção e importância no meio científico e acadêmico, sendo um importante instrumento de disseminação do conhecimento (VILELA, 2011). De acordo com Jacó-Vilela (2011, p.285) “Trata-se de um acervo de conhecimento e de um instrumento didático, que possibilita a visibilidade da produção científica, a troca entre os pares e a validação das pesquisas.”

A autora traz as qualidades dos periódicos científicos ou técnicos ressaltando suas especificidades em relação a outras formas de registrar e fazer circular o conhecimento. Assim, ela aponta benefícios como sua rápida editoração e divulgação, a amplitude de seu alcance, principalmente pelas publicações *online*; e o fato dos periódicos serem especializados, o que pode dificultar o acesso ao mesmo tempo em que dá mais legitimidade ao seu campo científico de estudo. (JACÓ-VILELA, 2011)

Jacó-Vilela (2011) ainda trata da importância dos periódicos para os estudos históricos, porque são “fonte de resgate da memória e de recuperação dos dados que servirão de base para novas pesquisas; como também representa a recuperação de toda uma época e das relações sociais e culturais que nela se estabeleciam.” (p. 287). Para autora, o periódico:

[...] propicia resgatar a história de um campo, suas continuidades e rupturas, seu significado naquele momento. Além disso, permite leituras internas a ele próprio, tais como: editoração, autores mais frequentes, origens (institucionais e teóricas); análises que permitem uma avaliação transversal dos temas, situando historicamente sua construção e importância. (JACÓ-VILELA, 2011, p.285).

Sendo assim, foram feitas as análises dos periódicos Arquivos Brasileiros de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Psico, da Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Psicologia e Sociedade da Associação Brasileira de Psicologia Social.

A escolha de Arquivos Brasileiros de Psicologia se justifica por essa publicação ser uma das mais antigas no campo da psicologia no país e por se propor a oferecer o olhar da psicologia através de campos científicos diversos, buscando “acolher e difundir a diversidade das produções científicas e profissionais da Psicologia e áreas afins” (ARQUIVOS..., 1949), o que pressupõe uma diversidade muito grande de temas em psicologia.

A escolha da revista Psico se deu também pelo seu longo tempo de circulação na psicologia. Outros pontos de eleição dessa revista são o seu alcance, por veicular suas publicações *online*, e o seus objetivos de “difundir e promover o conhecimento científico da Psicologia e áreas afins, através da publicação de artigos originais sobre temáticas que privilegiem pesquisas empíricas ou revisões sistemáticas de literatura.” (PSICO, 1981), o que permite vislumbrar uma grande quantidade de material já analisado, suscitando novas questões na psicologia.

A seleção de Psicologia e Sociedade se deu por seu enfoque em privilegiar pesquisas e discussões numa perspectiva da psicologia social que, sendo campo de interesse deste trabalho, contribuirá diretamente para as análises e discussões feitas aqui (PSIC. SOC., 1986).

A partir da pergunta de pesquisa definida: de que maneira os processos de urbanização passam a constituir alvo de interesse da psicologia no Brasil?, foi realizado um levantamento dos volumes desses periódicos, inclusive os que não estão *online*. Inicialmente entramos em contato com grande parte desse material sem possuir claros critérios de inclusão e exclusão dos mesmos, sendo que, posteriormente, esse contato nos ajudou a pensar escolha de nossas palavras-chave. Acessamos, então, o maior número possível de volumes dos periódicos, a partir da sua disponibilidade nos nossos veículos de acesso, que será detalhada adiante. Em seguida analisamos cada revista, utilizando como critério de seleção, em primeiro lugar, as publicações que traziam no título, temáticas e palavras que previamente tinham relação com os processos de urbanização: processo de urbanização, urbanização, urbanismo, urbano, urbana, cidade. Todas essas palavras foram pesquisadas no singular e no plural. Os números das revistas que não estão *online* foram acessados através das bibliotecas da Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com essa conformação chegou-se ao número de 12 descritores, como é mostrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Descritores utilizados na busca periódicos científicos brasileiros: Arquivos Brasileiros de Psicologia, Psico e Psicologia e Sociedade.

DESCRITORES		
1	1.1	PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
	1.2	PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO
2	2.1	URBANIZAÇÃO
	2.2	URBANIZAÇÕES
3	3.1	URBANISMO
	3.2	URBANISMOS
4	4.1	URBANA
	4.2	URBANAS
5	5.1	URBANO
	5.2	URBANOS
6	6.1	CIDADE
	6.2	CIDADES
Total		12

Fonte: autora.

Com a configuração desses 12 descritores, consolidou-se o instrumento de acesso inicial ao material. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 foi realizado o processo de identificação dos artigos nos três periódicos, Arquivos Brasileiros de Psicologia, Psico, e Psicologia e Sociedade. Foram incluídos na pesquisa os arquivos que datavam da inauguração das respectivas revistas até o ano de 2014.

2.3 Revisando e selecionando

Essa etapa foi construída por duas pesquisadoras³, que analisaram a pertinência da inclusão do material de acordo com o que estes abordavam e com sua relação com o foco da pesquisa.

Vale ressaltar que, mais do que encontrar as palavras-chave selecionadas no título, no resumo, ou no texto de cada material, buscamos analisar em conjunto, o título, o resumo e o texto completo, verificando, a partir dessa leitura, se o conteúdo dos artigos de psicologia selecionados trazia como discussão os processos de urbanização.

O objetivo dessa fase foi garantir a inclusão de todos os trabalhos que abordavam como tema os processos de urbanização tratados nesta pesquisa.

Uma vez selecionados os artigos a partir dos descritores elencados na fase anterior, obtivemos um material a ser passado por uma nova análise, a fim de selecionarmos somente as produções que continham a presença da discussão sobre os processos de urbanização. Iniciamos com a leitura dos títulos dos artigos, quando, diante dessa leitura restou dúvida sobre o que abordava o artigo, foi lido o resumo a fim de confirmar a presença da discussão dos espaços urbanos no texto. Quando a leitura do resumo não foi suficiente para essa confirmação, foram feitas as leituras dos artigos completos, para identificar a veiculação da temática que se pretende selecionar. Alguns artigos, em sua maioria os mais antigos, não apresentavam resumo. Nesse caso, diante da leitura do título e não confirmação da presença da discussão foi feita a leitura do artigo completo. Muitos trabalhos abordavam o urbano unicamente como cenário da discussão que tematizava o artigo. Esses trabalhos não entraram na nossa seleção.

A atual revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia* foi fundada com o nome *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* em 1949 pela Fundação Getúlio Vargas – UFGV. A partir de 1968 até 1979 foi editada com o nome *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. Em 1992 a revista foi assumida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Dessa revista foram analisados seus sessenta e seis volumes, que iniciam da sua data de fundação. Cinquenta e quatro volumes desses periódicos foram encontrados *online* no *site* da biblioteca digital da Fundação

³ A autora e a orientadora desta pesquisa.

Getúlio Vargas⁴ e no *site* da Universidade Federal do Rio de Janeiro⁵. Os outros doze, que se referem aos volumes 43 a 54, foram acessados na versão impressa nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O periódico *Psico* tem quarenta e cinco volumes, publicados a partir do ano de 1971. Desse periódico foram encontrados trinta e cinco volumes impressos e dez volumes na página eletrônica da revista⁶. Dessa revista, todos os volumes foram incluídos na pesquisa, excetuando-se quatorze números dentre esses volumes, que não foram encontrados nos arquivos consultados para a pesquisa. O quadro a seguir expõe a descrição desse material:

Quadro 2 – Apresenta o ano, volume e o número das revistas que não foram acessadas.

Ano	Volume / número
1982	V4/Nº2 e V5/Nº1
1984	V8/ Nº2 e V9/ Nº1
1987	V13/ Nº2 e V14/Nº1
1988	V15/ Nº2 e V16/Nº1
1989	V17/Nº2 e V18/ Nº1
1990	V19/Nº2 e V20/ Nº1
1991	V21/ Nº2
1999	V30, Nº2

Fonte: autora

Já os volumes de *Psicologia e Sociedade* totalizam vinte e seis publicados até 2014. Sua primeira publicação consta em 1986 e a revista disponibiliza a maioria dos volumes *online*. Foram acessados todos os artigos que estavam disponíveis nos

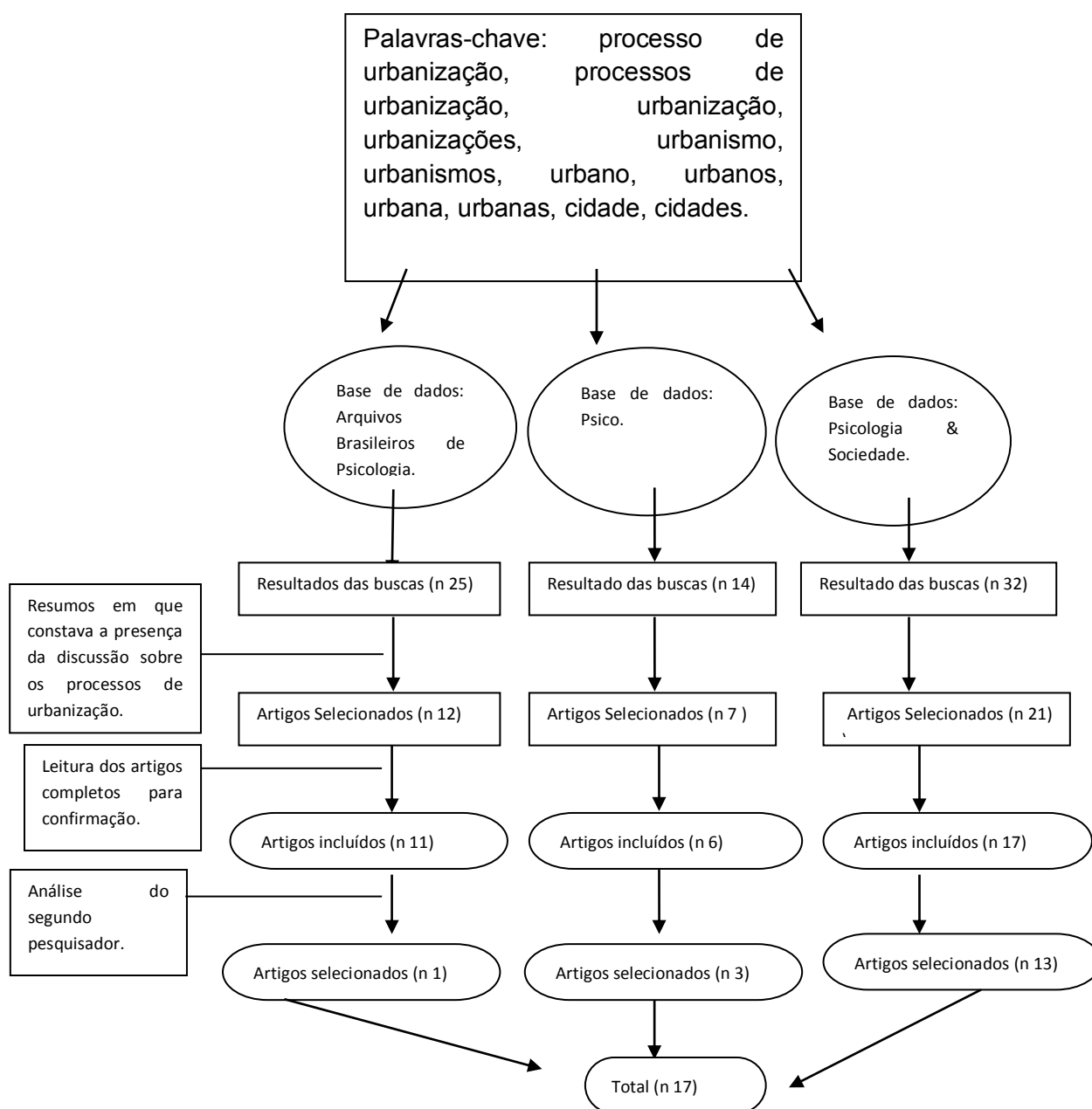
⁴ Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp>>, acesso em 06 de janeiro de 2015.

⁵ Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/issue/archive>>, acesso em 06 de janeiro de 2015.

⁶ Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/issue/archive?issuesPage=1#issues>>, acesso em 08 de janeiro de 2015.

sites da Associação Brasileira de Psicologia Social⁷, Scielo⁸ e na página da Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁹ na *internet*, até o dia 10 de janeiro de 2015. O Quadro 3 apresenta o processo de inclusão e exclusão dos artigos. Seleccionamos aqueles com data de publicação até o mês de dezembro de 2014.

Quadro 3 – traz o resultado das estratégias de busca realizadas nas bases de dados selecionadas, segundo os critérios de inclusão e exclusão.



⁷ Disponível em: < http://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=539>, acesso em 10 de janeiro de 2015.

⁸ Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=01027182&lng=en&nrm=iso>, acesso em 10 de janeiro de 2015.

⁹ Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/archive.php>>, acesso em 10 de janeiro de 2015

Fonte: autora

Dos volumes analisados da revista Arquivos Brasileiros de Psicologia, 25 artigos foram selecionados pelo título, 12 foram selecionados pelo resumo e 11 foram selecionados na leitura completa.

Na análise da revista Psico 14 artigos foram selecionados pelo título, 7 foram selecionados pelo resumo e 6 foram selecionados na leitura completa.

Os volumes analisados da revista Psicologia e Sociedade resultaram em 32 artigos selecionados pelo título, 21 foram selecionados pelo resumo e 17 foram selecionados na leitura completa.

A análise do segundo pesquisador englobou os artigos resultantes da etapa de seleção dos resumos, o que incluiu também os artigos selecionados na leitura do conteúdo pelo primeiro pesquisador. Assim, após a revisão do segundo pesquisador foi selecionado 1 artigo da revista Arquivos Brasileiros de Psicologia, 3 artigos da revista Psico e 13 artigos da revista Psicologia e Sociedade. Com essa seleção chegamos ao número de 17 artigos a serem analisados.

Vale ressaltar que nessa seleção feita pelo segundo pesquisador realizou-se um corte significativo de palavras-chave que tinham sido incluídas pelo primeiro pesquisador nas primeiras etapas de seleção, ficando somente as palavras que diziam respeito mais diretamente à discussão em questão, o que excluiu um número significativo de trabalhos. Outro critério tomado pelo segundo pesquisador nessa seleção foi incluir os artigos que, de fato, traziam os processos de urbanização como tema, uma vez que muitos deles, apesar de trazer o urbano, o abordava unicamente como cenário de uma outra discussão.

É importante colocar que a escolha desses três periódicos descritos acima deixa de fora outras produções (livros, teses, dissertações e artigos publicados em outros periódicos), portanto não damos conta de tudo o que se publicou sobre o tema. No entanto compreende-se que essas produções da psicologia trazem elementos suficientes para se pensar as questões propostas por essa pesquisa, mesmo que de modo não exaustivo.

2.4 Apresentando os materiais

O quadro a seguir apresenta detalhes dos artigos selecionados a partir de critérios de inclusão e exclusão predefinidos para a análise. Nela explanaremos os

principais aspectos das produções a serem selecionadas que repercutirão na análise proposta. Deste modo, organizamos o material selecionado no Quadro 4, a seguir, ordenando os artigos a partir de sua data de publicação, do mais antigo ao mais recente. Destacaremos as suas referências, títulos e autores, palavras-chave, objetivos, ferramentas teórico-metodológicas e as principais conclusões. Esse quadro, embora bastante esquemático e resumido, nos permite uma visão geral do material analisado e será discutido nos capítulos seguintes.

Quadro 4 – apresenta, em ordem cronológica de publicação, os artigos a serem analisados: volume, número, ano, autor e seus principais objetivos e instrumentos.

Ano - Vol/N.	P&S ¹⁰ : 1987 - Ano III, n. 3.	P&S: 1990 – Ano VI, n. 9.	PSICO: 1990 - V. 20, n. 2.
Título/Autor	“Acaba Mundo”: da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana em favela./ Elizabeth Bomfim; Maria Lima e Marília Machado.	Proprietários e posseiros urbanos: interações./ Marília Machado.	Gabriel Moser e a Psicologia da vida urbana./ Entrevistado por: Vinícius Jockyman.
Palavras-chave	Urbanização; ecologia humana; favela.*	Posseiros; Interação, favela;*	Entrevista; vida urbana; <i>Psychologie Environnementale</i> .*
Objetivos	Relatar a trajetória da construção de um projeto de urbanização feito pela Universidade Federal de Minas Gerais para a favela “Acaba Mundo.”	Observar durante quatro anos uma favela central de Belo Horizonte que se forma há quarenta e cinco anos em terrenos pertencentes a proprietários privados.	Apresentar uma entrevista de Gabriel Moser sobre a Psicologia da vida Urbana
Ferramentas teórico-metodológicas	Apesar de citar alguns termos ligados à psicanálise, o artigo não deixa claro seu referencial teórico. Se faz uma análise de documentos resultantes de reuniões da Universidade Federal de Minas Gerais sobre a construção de um projeto de urbanização de favelas.	O artigo não explicita diretamente o referencial teórico adotado, mas faz uma análise interacionista das entrevistas realizadas com dezoito posseiros e três proprietários.	Entrevista não deixa clara a abordagem teórica, mas é referenciada por questões e termos da psicologia comportamental, onde é apresentada a <i>Psychologie Environnementale</i> como alternativa aos problemas da vida urbana.
Principais conclusões	Traz a necessidade de pensar o lugar que o profissional ocupa numa relação de transferência e contratransferência estabelecida com os favelados. Aponta a proposta de um projeto de ecologia humana na favela.	Conclui que posseiros e proprietários urbanos interagem a partir de contendas, porque sustentam lógicas próprias que justificam suas ações.	Traz que as sobrecargas decorrentes da periferia nos centros urbanos faz necessário que sejam empregados muitos esforços para adaptação dos sujeitos à cidade.

¹⁰ Psicologia e Sociedade

*Esses trabalhos não apresentam palavras-chave, de modo que estas foram atribuídas pelo pesquisador a partir de sua interpretação e análise do material.

(continuação)

Ano - Vol/N.	ABP ¹¹ : 1997 - V. 49, n. 4.	P&S: 2010 - V. 22, n. 1.	P&S: 2010 - V. 22, n. 3.
Título/Autor	O que querem da cidade, as adolescentes?/ Lucia Rabello de Castro.	<i>Aprendizaje situado: creación y modificación de prácticas sociales em el espacio público urbano.</i> /Pablo Páramo.	Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade./ Ana Cabral Rodrigues; Luis Antônio dos Santos Baptista.
Palavras-chave	Adolescentes; cidade; condições de subjetivação; mulheres.	<i>Aprendizaje por reglas; convivencia ciudadana; espacio público; metacontingencias; práctica cultural.</i>	Subjetividades; espaços urbanos; imagem.
Objetivos	Explorar as possibilidades subjetivas - de participação social, de pertencimento e de identificação – que a cidade propicia a adolescentes mulheres do Rio de Janeiro.	Analisar o papel do espaço público urbano como palco para a implementação de contingências sociais orientadas para a criação e manutenção no tempo de práticas culturais que contribuam para a convivência entre os cidadãos.	A partir dos escritos do filósofo alemão Walter Benjamin, articular subjetividades e espaços através de imagens.
Ferramentas teórico-metodológicas	A autora não deixa claro o referencial teórico utilizado, mas se norteia por autores que trabalham a partir de uma abordagem social. Ela propõe três dimensões analíticas. A cidade como: a) desenraizamento, b) a transformação dos valores e c) desamparo radical.	A partir da psicologia comportamental faz uma análise metacontingencial para garantir a manutenção das práticas socialmente desejáveis nos espaços públicos Urbanos.	Utiliza os escritos de Walter Benjamin e se norteia por conceitos e questões que se pautam em uma abordagem social para analisar algumas imagens da Paris de Haussmann, das cidades invisíveis de Ítalo Calvino e de Nápoles, narrada por Walter Benjamin.
Principais conclusões	Conclui que para as adolescentes mulheres a cidade é assustadora, porque é violenta e é dominada por um ideal masculino.	Traz que a metacontingência é importante para a pedagogia urbana, na medida em que propõe um conceito molar que se faz efetivo na mudança de comportamento dos indivíduos nos espaços abertos.	Conclui que as imagens benjaminianas apontam para uma política do contemporâneo que possibilita interpelar um mundo que parece não ter saída.

¹¹ Arquivos Brasileiros de Psicologia

(Continuação)

Ano - Vol/N.	P&S: 2011 - V. 23, n. 2.	P&S: 2012 - V. 24, n. 1.	P&S: 2013 - V. 25, n. 2.
Título/Autor	Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido. ¹² / Hugo Juliano Duarte Matias.	Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no <i>graffiti</i> ./ Janaina Rocha Furtado.	Arte, loucura e cidade: a invenção de novos possíveis./ Mariana Tavares Cavalcanti Liberato e Magda Dimenstein.
Palavras-chave	Jovens; rua; etnografia; espaço; tempo.	<i>Graffiti</i> ; processo de criação; grupos; tribos urbanas.	Arte; loucura; cidade; saúde mental; sociabilidade.
Objetivos	Investigar as determinações do ambiente físico e social das ruas e da paisagem discursiva, construída em negociações de sentido com outros grupos, sobre as condições de existência dos jovens.	Refletir sobre os processos de criação coletiva no <i>graffiti</i> urbano de Florianópolis.	Discutir as possibilidades trazidas pela arte no contexto da desinstitucionalização da loucura.
Ferramentas teórico-metodológicas	A partir de uma abordagem sócio-histórica, faz uma pesquisa etnográfica, realizada durante três meses, em Natal/RN, com grupo de pessoas em situação de rua predominantemente jovens entre 16-18 anos.	Não deixa clara a perspectiva teórica, mas se afina à psicologia sócio-histórica, utilizando as referências de Vigotski para fazer uma entrevista com seis grafiteiros da cidade de Florianópolis, pertencentes a <i>crews</i> diferentes e faz observações, registros fotográficos e filmagens de suas atividades criadoras na cidade.	O trabalho não explicita o referencial teórico, mas se faz a partir de pressupostos da psicologia social, que toma Foucault, Deleuze e Guattari como referências. Apresenta imagens que ajudam a refletir sobre a potência da arte e debate de ações do Projeto Arte e Saúde.
Principais conclusões	Existe um descompasso entre as condições de vida dos jovens em situação de rua e as diversas formas de enunciar o espaço das ruas.	Os espaços são significados pelo grafiteiro como materiais do seu processo criador. Apropriando-se dos espaços urbanos o <i>graffiti</i> se contrapõe a uma ordem hegemônica que dita os modos de comunicar e se expressar.	Estão sendo produzidos acontecimentos micropolíticos que possibilitam outras formas de convivência com a diferença, com o território e com a experiência estética.

¹² No contato inicial que fizemos com o material de análise, este trabalho chamou atenção da primeira pesquisadora. Apesar de não termos optado por inserir nenhuma das palavras-chaves de seu título na nossa pesquisa, ele foi avaliado pelas duas pesquisadoras como uma produção que traz a discussão dos processos de urbanização como tema, de modo que resolvemos incluí-lo no nosso material de análise.

(continuação)

Ano - Vol/N.	PSICO: 2013 - V. 44, n. 3.	P&S: 2013 - V. 25, n. esp. 2.	P&S: 2013 - V. 25, n. 1.
Título/Autor	Repercussões Psicossociais da Acessibilidade Urbana para as Pessoas com Deficiência Física./ Sâmara Corrêa Lima; Maria Freitas; Larissa Santos.	As crianças na cidade e o acompanhamento terapêutico. / Ana Maria Meira.	<i>The cities of need: capitalism and subjectivity in the contemporary metropolis.</i> / Luis Antônio dos Santos Baptista.
Palavras-chave	Deficiência física; Acessibilidade urbana; Inclusão social; Aspectos psicossociais.	Acompanhamento terapêutico; psicanálise; criança; arte; educação.	City; subjectivity; urbanism; consumption; politics.
Objetivos	Analisar as repercussões psicossociais da acessibilidade urbana para as pessoas com deficiência física.	Refletir sobre o acompanhamento terapêutico com crianças e os desdobramentos possíveis em sua relação com a cidade, o espaço urbano, a psicanálise, a educação e a arte.	Refletir sobre as articulações entre subjetividade e capitalismo.
Ferramentas teórico-metodológicas	O artigo não deixa claro seu referencial teórico, mas utiliza conceitos da psicologia social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevista semiestruturada e tratamento de dados pela Análise de Conteúdo.	Não explicita o referencial teórico utilizado, mas dialoga com autores que fazem referência a uma abordagem social para fazer uma observação participante no projeto Cidade das Crianças, em Porto Alegre.	É construído a partir de uma abordagem social. Utilizando referências de Walter Benjamin, faz uma análise da vida social nas metrópoles contemporâneas.
Principais conclusões	Diz que as barreiras físicas na cidade se configuram como desencadeadores de exclusão social das Pessoas com Deficiência.	Conclui que é possível encontrar em lugares públicos da cidade espaços subjetivantes, marcados por traços de cidadania, a partir de trocas possíveis entre crianças, a arte e a cultura.	Conclui a necessidade de se ocupar a cidade e intervir a partir do olhar para os seus paradoxos.

(continuação)

Ano - Vol/N.	P&S: 2013 - V. 25, n. 2.	P&S: 2013 - V. 25, n. 2.	P&S: 2014 - V. 26, n. 1.
Título/Autor	Cidades sutis: dispersão urbana e a rede de saúde mental./ Luis Arthur Costa e Tânia Mara Galli Fonseca.	Para desacostumar o olhar sobre a presença do indígena no urbano./ Bianca Sordi Stock e Tania Mara Galli Fonseca.	Relações estéticas de catadores de material reciclável com a cidade: os passos da pesquisa./ Daiani Barboza e Andreia Zanella.
Palavras-chave	Reforma Psiquiátrica; urbanismo; genealogia; contemporaneidade.	Índigenas; urbano; devir; diferença.	Pesquisa em psicologia, fotografia, cidade, dialogia, catadores de material reciclável.
Objetivos	Problematizar o percurso genealógico que possibilita o atual arranjo entre a cidade de Porto Alegre e sua assistência em saúde mental.	Discutir as questões que se colocam a partir da presença crescente das populações indígenas nos centros urbanos.	Apresentar e discutir os procedimentos metodológicos adotados em uma pesquisa que investigou as relações de catadores de material reciclável com a polifonia urbana.
Ferramentas teórico-metodológicas	Faz referência a conceitos de Foucault utilizando o método cartográfico para fazer uma genealogia dos movimentos que tomaram os encontros entre a saúde mental e a cidade.	Traz as ferramentas conceituais propostas por autores da Filosofia da Diferença, assim como as formulações atuais da antropologia para refletir de que maneira as populações indígenas têm experimentado a cidade.	A partir de uma perspectiva dialógica, trabalha com registros de imagens feitas pelos catadores, observação participante e análise dialógica do discurso.
Principais conclusões	Conclui a necessidade problematizar a cidade e a reforma psiquiátrica, a fim de se chegar a outras formas e estratégias de intervenção no campo da saúde mental e sua relação com o urbano.	Quando os indígenas agenciam o urbano em devir-floresta implicam a relação com a alteridade como forma de subjetivação. A lógica binária-identitária acaba por se ver forçada à diferença, pois é retirada do ponto de vista onde se acostumou a estar e forçada à diferença em que reside a possibilidade de multiplicidade e devir na cidade.	São inúmeros os problemas dos catadores, mas são enormes as suas contribuições para a cidade, a partir da forma como eles lidam com o que têm acesso nas lixeiras e transformam em objetos utilitários.

(continuação)

Ano - Vol/N.	PSICO: 2014 - V. 45, n. 3.	P&S: 2014 - V. 26, n. esp.
Título/Autor	Um oásis urbano: dois estudos das interações pessoa-ambiente na praça Kalina Maia, Natal/RN./ Cíntia Camila Viegas; Eduardo da Silva e Gleice Elali.	Primavera urbana: a ilha deserta interroga as multidões./ Rodrigo Lages e Silva e Luis Antônio dos Santos Baptista.
Palavras-chave	Psicologia ambiental; praça; lazer; socialização de idosos; observação comportamental.	Capitalismo; multidão; práticas sociais; psicologia.
Objetivos	Apresentar duas pesquisas (independentes) embasadas na literatura de psicologia ambiental, realizadas na Praça Kalina Maia (Natal/RN), visando compreender seu uso.	Fazer uma apreciação da imbricação da qual emergem a modernidade científica, o liberalismo e a racionalidade política clássica e suas relações com o modo de produção capitalista.
Ferramentas teórico-metodológicas	A partir da psicologia comportamental utiliza métodos de diário de campo, entrevistas e observação comportamental (mapeamento ou naturalística).	A partir de uma abordagem social, amparado nas reflexões de Foucault, faz uma narrativa da vida numa ilha deserta apresentada pelo romance Robinson Crusoe, que pode ser na sua versão original em Defoe ou na sua recontagem por Michel Tournier.
Principais conclusões	Conclui que a maneira como diferentes grupos se apropriam do espaço e o (re)significam, de uma forma diferente da que foi projetada, configura-se como uma diversidade no urbano que corresponde ao que se busca produzir na cidade.	Conclui a necessidade de um olhar crítico para o nosso tempo e da problematização das estruturas de poder que constroem a subjetividade e a experiência capitalista da urbe.

Fonte: autora

A partir dos dados produzidos pela revisão de literatura e expostos no quando acima, temos uma relação importante e uma organização de temas, construções teórico-metodológicas e conclusões que nos permitirão um melhor olhar sobre a produção dos dezessete arquivos selecionados na pesquisa.

3 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE UM NOVO OBJETO

Neste capítulo trabalharemos as aproximações entre psicologia e processos de urbanização no Brasil. Articularemos a discussão dos dados referentes ao primeiro objetivo específico proposto no estudo: analisar quais são as problematizações feitas em relação aos processos de urbanização na produção de conhecimento em psicologia. Por meio dos artigos encontrados nos materiais de análise, discutiremos o modo como os processos de urbanização começam a ingressar nos estudos da psicologia e como se constituem novas concepções do urbano nesse campo de saber. Procederemos, então, abordando e refletindo sobre os principais temas, questões e problemas tratados nesses trabalhos.

3.1 Percursos da psicologia na problematização do urbano

A partir dos métodos de eleição das publicações, escolhidos neste trabalho, observamos que consta na psicologia uma publicação que aborda como tema os processos de urbanização em 1987 (BOMFIM et al., 1987), na revista *Psicologia e Sociedade*, dois trabalhos datados de 1990, publicados, um pela *Revista Psico* e o outro pela *Psicologia e Sociedade* (MACHADO, 1990; JOCKYMAN, 1990). Em 1997 temos um trabalho no periódico *Arquivos Brasileiros de Psicologia* (CASTRO, 1997). Os próximos trabalhos que tratam da temática dos processos de urbanização vão ser abordados somente em 2010 nos periódicos selecionados nesta pesquisa, na revista *Psicologia e Sociedade* (PÁRAMO, 2010; RODRIGUES e BAPTISTA, 2010). Na mesma revista identifica-se uma publicação em 2011 (MATIAS, 2011), uma datando de 2012 (FURTADO, 2012) e cinco referentes ao ano de 2013 (LIBERATO e DIMENSTEIN, 2013; COSTA e FONSECA, 2013; MEIRA, 2013; BAPTISTA, 2013; STOCK e FONSECA, 2013). No mesmo ano, em 2013, a revista *Psico* também lança uma publicação que trata da temática (LIMA et al., 2013) e no ano seguinte fez uma nova publicação (VIEGAS et al., 2014). No ano de 2014 a revista *Psicologia e Sociedade* abordou mais uma vez o tema em duas de suas publicações (BARBOZA e ZANELLA, 2014; SILVA e BAPTISTA, 2014).

A periodicidade dos materiais que abordam a temática dos processos de urbanização nas publicações da psicologia varia muito a depender do período histórico. Apesar das primeiras publicações em psicologia no Brasil datarem de 1949 com a revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vemos que a primeira publicação

que aborda o tema consta de 1987 (BONFIM et al., 1987). Esta primeira publicação é veiculada na revista mais nova em termos de inauguração, a revista *Psicologia e Sociedade*. E passam-se trinta e oito anos de práticas psicológicas e produções científicas brasileiras até a problemática dos processos de urbanização estreitar nas publicações da psicologia, considerando os periódicos analisados.

Essa primeira publicação, no entanto, não aparece ainda como artigo, mas no eixo publicado “Comunicação de trabalho,” resultante dos trabalhos publicados nos anais do II Encontro Nacional e II Encontro Mineiro de Psicologia Social. Três anos depois da primeira publicação temos uma prevalência maior de artigos num único ano e a inserção da temática em outra revista, a revista *Psico*. Assim, em 1990, considerando os três periódicos analisados, dois artigos são publicados, um pela revista *Psicologia e Sociedade* (MACHADO, 1990), que já trabalhara a temática em 1987, e outro pela revista *Psico* (JOCKYMAN, 1990). A publicação da *Psico*, porém, não trata de um artigo, mas de uma entrevista feita com um professor, Gabriel Moser, da Universidade de Paris que visitara a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) para uma palestra sobre seu método de trabalho, a *Psychologie Environnementale* (Psicologia Ambiental). A publicação da *Psicologia e Sociedade* deste mesmo ano também inseriu a temática através de um dos trabalhos publicados em seus anais do VI Encontro Nacional de Psicologia Social. Assim, as três primeiras publicações nos periódicos analisados que abordam temas em interface com os processos de urbanização, não se apresentam como artigos, mas como entrevistas ou anais de encontros acadêmicos. De qualquer forma, registramos aqui sua ocorrência, pois sinalizam as primeiras abordagens da psicologia, nas bases consultadas, aos processos de urbanização.

Sete anos depois, em 1997, a revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia* estreia a publicação do tema com um artigo completo que trata das questões urbanas (CASTRO, 1997). Este artigo abordou o urbano como um espaço de construção e de possibilidades subjetivas para adolescentes que habitam a cidade. O urbano aqui aparece como uma construção relacionada a uma codependência com a subjetividade.

De 1997 até a próxima publicação, em 2010, há um intervalo de 13 anos onde não foram identificados nos periódicos incluídos nessa pesquisa, trabalhos que abordassem nosso tema de estudo. Nos anos seguintes nota-se uma periodicidade

maior de artigos que trabalham as questões urbanas. Há publicações em 2010 (2 artigos), 2011 (1 artigo), 2012 (1 artigo), 2013 (6 artigos) e 2014 (3 artigos). No entanto, 2013 traz o número máximo de publicações anuais identificadas na abordagem da temática dos processos de urbanização na psicologia: seis no ano. Assim, acompanhamos que nos últimos anos essa temática tem tomado mais espaço e se tornado mais frequente nas produções acadêmicas da psicologia.

Essas transformações não só configuram mudanças e novidades nas temáticas abordadas pela psicologia ao longo dos anos, mas a partir das leituras dos artigos, observa-se que não só as temáticas foram ganhando amplitude e periodicidade, como também as formas pelas quais a ciência psicológica tratou e estudou esses temas. Pode-se acompanhar que não há uma unidade temática, teórica ou metodológica nas questões que são abordadas pela psicologia na interface com esse amplo tema dos processos de urbanização.

Os temas trabalhados nesses artigos são vários. Os textos “Acaba Mundo”: da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana em favela” (BOMFIM et al., 1987) e “Proprietários e posseiros urbanos: interações” (MACHADO, 1990), respectivamente, trazem como temática a urbanização de favelas, um enfocando as questões estruturais que vão envolver uma discussão com a psicologia e o outro as questões de posse. No trabalho “O que querem da cidade, as adolescentes?” e “Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido” de Castro (1997) e Matias (2011) se aborda a adolescência e a juventude na cidade.

Em 2010 e 2014 os artigos “*Aprendizaje situado: creación y modificación de prácticas sociales em el espacio público urbano*”¹³ (PÁRAMO, 2010) e “Um oásis urbano: dois estudos das interações pessoa-ambiente na praça Kalina Maia, Natal/RN” (VIEGAS et al., 2014) trabalham a modificação de comportamentos urbanos. Em 2010, 2013 e 2014 os textos “Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade” (CABRAL e BAPTISTA, 2010), “*The cities of need: capitalism and subjectivity in the contemporary metropolis*”¹⁴ (BAPTISTA, 2013) e “Primavera urbana: a ilha deserta interroga as multidões” (SILVA e BAPTISTA, 2014) trazem como tema a produção de subjetividade na

¹³ Aprendizagem situada: criação e modificação de práticas sociais no espaço público urbano.

¹⁴ As cidades da necessidade: capitalismo e subjetividade na metrópole contemporânea.

cidade. O artigo “Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no *graffiti*”, de Furtado (2012), trabalha com os grupos urbanos.

Em 2013 o artigo “Repercussões Psicossociais da Acessibilidade Urbana para as Pessoas com Deficiência Física” (LIMA et al, 2013), traz a discussão da acessibilidade. No mesmo ano o trabalho “Para desacostumar o olhar sobre a presença do indígena no urbano” (STOCK e FONSECA, 2013) discute a presença do índio na cidade e as questões que se colocam a partir disso. Em 2014, no artigo “Relações estéticas de catadores de material reciclável com a cidade: os passos da pesquisa” (BARBOZA e ZANELLA, 2014), vai ser trabalhado o tema dos catadores de material reciclável. Em 1990, um artigo, e em 2013 três artigos, nessa ordem, “Gabriel Moser e a Psicologia da vida urbana” (JOCKYMAN, 1990), “Arte, loucura e cidade: a invenção de novos possíveis” (LIBERATO e DIMENSTEIN, 2013), “Cidades sutis: dispersão urbana e a rede de saúde mental” (COSTA e FONSECA, 2013) e as “As crianças na cidade e o acompanhamento terapêutico” (MEIRA, 2013), ligam, tanto a psicologia ao campo de estudo dos processos de urbanização, como trazem a discussão ligada à psicologia, a da saúde mental, atrelada ao urbano em suas temáticas.

3.2 Urbano: espaço de controle, adaptação e sentimentos dos indivíduos

Algumas produções selecionadas neste trabalho trazem problemas direcionados a questões ligadas às ciências naturais, abordam o urbano como um espaço de controle, adaptação e sentimentos dos indivíduos, com problematizações que se norteiam pela adequação do indivíduo ao espaço (BOMFIM et al., 1987; MACHADO, 1990; JOCKYMAN, 1990; PÁRAMO, 2010; VIEGAS et al., 2014). Nessa vertente se defende a existência de uma maneira natural e mais saudável de habitar os espaços urbanos, sendo preocupação da ciência desvelar o modo funcional e adequado de transitar na cidade e descobrir técnicas de manutenção de comportamentos que propiciem a adaptação dos sujeitos a esse território.

O texto “‘Acaba Mundo’: da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana em favela” (BOMFIM et al, 1987) traz a descrição de um projeto de intervenção urbana numa periferia do estado de Minas Gerais e descreve as principais dificuldades enfrentadas por aquela população, assim como a postura da universidade diante da demanda do projeto de urbanização daquele local. O artigo

questiona as condições ambientais daquele espaço urbano concluindo que a universidade precisa montar um projeto de ecologia humana que modifique a situação ambiental dos indivíduos daquela comunidade, focando principalmente nos quesitos higiene e limpeza. Assim, os pesquisadores entendem que aquele território urbano precisa de técnicas de autocuidado, que higienizem aquela população, conduzindo suas práticas e ensinando-os a viver. (BOMFIM et al,1987).

À medida que fomos realizando a leitura dos outros materiais e nos debruçando sobre o conjunto de publicações que possuem como temática a discussão dos processos de urbanização, nos deparamos constantemente com outros materiais que colocam como problema a adaptação do indivíduo ao urbano, trazendo questões que naturalizam a cidade como um cenário onde o humano se comporta e se adapta, ou assim deveria. Alguns dos outros trabalhos escritos posteriormente abordam a temática dos processos de urbanização de modo semelhante no que se refere ao tipo de problema que discutem, alguns deles apontando as questões urbanas e compreendendo que a maneira como os espaços urbanos são geridos é natural e adaptável. (MACHADO, 1990; JOCKYMAN, 1990; PÁRAMO, 2010; VIEGAS et al., 2014).

No artigo que inicia nosso estudo, supracitado, essa questão sobre como criar formas de higienização e adaptação urbanas aparece de forma explícita na colocação do problema como é exemplificado na citação a seguir:

Nesse momento, a questão nos parece ser: como resolver o problema dos favelados, sem que haja o emprego de tratores e outros métodos violentos, garantindo-lhes não apenas a posse da terra, mas também as condições (de higiene) para permanecerem no espaço ocupado sem serem obrigados pela especulação imobiliária a irem favelar em outro lugar? (BOMFIM et al, 1987, p. 69).

Os trabalhos intitulados “Gabriel Moser e a psicologia da vida urbana” (JOCKYMAN, 1990) e “Proprietários e posseiros urbanos: interações” (MACHADO, 1990), colocam a questão como um problema de adaptação. O primeiro é uma produção que consiste numa entrevista com um psicólogo especialista em *Psychologie Environnementale* Gabriel Moser. O texto traz como problema a necessidade de detectar, diagnosticar e elaborar prognósticos sobre as disfunções comportamentais que afetam as cidades e ressalta a importância de um projeto de controle social eficiente que atue nas regiões pobres das grandes cidades a fim de solucionar a questão da violência e do vandalismo:

As sobrecargas decorrentes das periferias das grandes cidades exige esforços múltiplos de adaptação. A história da humanidade nos mostra que somos capazes de nos adaptar a condições muito diferentes daquelas onde nossos ancestrais evoluíram. O problema está em saber qual o custo dessa adaptação. (JOCKYMAN, 1990, p. 186).

O texto “Proprietários e posseiros urbanos: interações” (MACHADO, 1990) problematiza o espaço urbano enfocando a relação entre proprietários e posseiros de um espaço urbano como uma relação de interação social. O trabalho busca analisar essas interações urbanas a fim de compreender os mecanismos que geram conflitos entre esses dois grupos: os favelados e os proprietários do espaço onde a favela foi construída. Preocupando-se em analisar uma mostra representativa dessa população, compreende a relação entre proprietários e posseiros como resultado de posicionamentos e sentimentos divergentes que produzem o problema da favela:

Posseiros e proprietários urbanos, de acordo com o que enunciam em seus respectivos discursos, mantêm entre si relações de contenda; cada parte em litígio é capaz de justificar suas ações e sustentá-las numa lógica que lhe é própria. O adversário é representado como o inimigo e nele localizado o problema da favela (MACHADO, 1990, p. 9).

Em 2010, um artigo intitulado “*Aprendizaje situado: creación y modificación de prácticas sociales em el espacio público urbano*” (PÁRAMO, 2010), vai problematizar o urbano como um espaço de adaptação orientado por contingências sociais. O artigo traz como questão a importância de se analisar as causas e consequências dos comportamentos urbanos e a necessidade de se considerar uma aprendizagem social determinada por regras. Assim, apresenta como estratégia de melhora da convivência no espaço urbano um modelo de programação de contingências independentes para o estabelecimento técnicas de autorregulação que resultem na aprendizagem de comportamentos socialmente desejáveis no ambiente urbano, assim, toma como questões:

O que faz com que um cidadão que se autorregule não dependa da presença da autoridade? O que fazer para que esta autorregulação seja comum a todos os cidadãos? Qual é o papel do espaço público na aprendizagem e manutenção de uma prática social como a do comportamento urbano responsável? Por que a recusa em chamar a atenção de um conterrâneo? (PÁRAMO, 2010, p. 132, tradução nossa).¹⁵

¹⁵ Qué hace que un ciudadano se autorreguley no dependa de La presencia de La autoridad? Qué hacer para que esta autorregulación sea común a toda La ciudadanía? Qué papel juega el espacio

Passando-se quatro anos, a perspectiva adaptacionista do espaço urbano figura mais uma vez nas problematizações da psicologia sobre a produção do espaço urbano. O artigo “Um oásis urbano: dois estudos das interações pessoa-ambiente na praça Kalina Maia, Natal/RN” (VIEGAS et al, 2014) enfatiza sua articulação com a psicologia ambiental e apresenta dois estudos que abordam, respectivamente, as atividades de lazer e a socialização de idoso nesta praça. O artigo ressalta a importância do acesso das pessoas a ambientes não construídos como uma estratégia de manutenção do equilíbrio físico e mental. Assim, o trabalho traz essa questão a partir da citação de autores que compõem seu referencial teórico:

[...] a literatura no campo da Psicologia Ambiental ressalta a importância do ser humano usufruir de áreas não construídas para manter seu equilíbrio físico e mental, em especial as que permitem contato com a natureza, que, além de produzirem afastamento dos estressores urbanos, alimentam o simbolismo, a liberdade e o prazer, funcionando como ambientes restauradores da saúde (GEHL, 2007; KAPLAN; KAPLAN & RYAN, 1998; KORPELA et al., 2010; RYAN et al., 2010; THOMPSON, 2007 apud VIEGAS et al 2014, p. 306).

Esse conjunto de trabalhos nos mostra essa perspectiva do urbano como algo externo ao sujeito, ao qual ele se adapta ou não se adapta. Esta questão tem uma força nas nossas análises de psicologia, atravessando sua história na produção dos processos de urbanização.

3.3 A constituição do urbano como um espaço de produção subjetiva e construção social

Para situar o modo como algumas produções da psicologia que apresentaremos adiante rompem com práticas adaptacionistas e individualistas, assim como nas condições que possibilitaram à psicologia problematizar o social e considerar a subjetividade na produção do urbano, antes de apresentar os materiais que trabalham nessa perspectiva, traremos algumas reflexões de Nikolas Rose para pensar as manutenções e rompimentos com tais práticas.

Rose (1996) aponta para a relação histórica da psicologia com práticas naturalizantes dos seus objetos quando coloca que sua tradição científica prescinde uma preocupação com produções que buscam evidenciar processos históricos que

vão sendo tomados como naturais, como, por exemplo, a maneira como se narra a sua própria história (ROSE, 1996). O autor afirma que não é raro nos depararmos com textos que tratam da história da psicologia afirmando que esta tem um longo passado e uma história curta. No entanto, esse longo passado se justifica por fazer parte de uma tradição de especulação sobre a natureza humana e as doenças da alma. Já sua história curta se refere ao seu rompimento com a metafísica, com a especulação e ao seu reducionismo que se deu a partir da adesão ao “método experimental no século XIX” (ROSE, 1996).

Rose (1996) diz que esse modo de fazer ciência, evidenciando questões históricas, é carregado de uma “ingenuidade epistemológica” (ROSE, 1996) que parece tão desejável quanto olhar para os interesses dos cientistas que escrevem essas histórias. E assinala a importância de avaliar o papel decisivo que esses textos históricos têm na construção da imagem e da realidade e, por assim dizer, na formação de todos os estudantes da disciplina.

Georges Canguilhem (1968, 1977 *apud* ROSE, 1996) afirma que essa maneira de construir o saber é um caminho para se contar uma “história recorrente” (ROSE, 1996). Ele diz que esse modo de abordar os fatos históricos tem a ver com uma necessidade dessas ciências de se identificar com concepções passadas a fim de estabelecer uma unidade de saber, construindo uma tradição de busca contínua de compor e acumular os conteúdos dos fenômenos estudados. Assim, essa ciência vai se construindo, ignorando todos os processos históricos e sociais e se prendendo às construções históricas específicas de pensadores do passado. De acordo com Rose (1996):

É inevitável que, a partir dessa perspectiva, o objeto de uma ciência – a “realidade” que ela procura fazer compreensível – pareça ahistórica e associal. Há antecipadamente às tentativas para estudá-lo, sempre existiu da mesma forma, e todos esses pensadores do passado estavam girando em torno de uma realidade que permaneceu a mesma. Portanto, o trabalho desses pensadores podem ser dispostos em uma história em ordem cronológica, o que corresponde a um progresso para o objeto. Qualquer alteração dessa evolução uniforme pode se reintegrar à narração através das noções de precursor, gênio, preconceito e influência.¹⁶ (ROSE, 1996, tradução nossa).

¹⁶ Es inevitable que, desde esa perspectiva, el objeto de una ciencia —la “realidad” que ella procura hacer inteligible — parezca ahistórica y asocial. Existe con antelación a los intentos de estudiarlo, siempre existió en la misma forma, y todos esos pensadores del pasado estuvieron dando vueltas alrededor de una realidad que siguió siendo la misma. Por ende, los trabajos de esos pensadores se

A partir do ano de 1997 vemos que começam a aparecer as primeiras publicações que rompem com esse modo de fazer história e ciência. São trabalhos que reivindicam nos seus problemas uma relação histórica, narrada a partir da relação do sujeito com o espaço. Nessas produções as problematizações em torno do urbano partem de uma relação com a subjetividade. Nos problemas que discutem, a cidade aparece como produto da relação subjetiva do sujeito com o espaço.

O primeiro trabalho abordado nessas publicações a considerar essa relação é intitulado “O que querem da cidade, as adolescentes?” (CASTRO, 1997). Este artigo aborda a cidade como um espaço de possibilidades subjetivas que vão sendo construídas à medida que se ampliam as práticas de participação social, pertencimento e identificação. O artigo questiona o que a cidade do Rio de Janeiro propicia para suas moradoras adolescentes e advindas de diferentes experiências culturais. E conclui que é necessário problematizar radicalmente a vida coletiva e a maneira como a cidade tem configurado as formas de convivência nos espaços urbanos:

Assim, a rua parece ter se esvaziado de qualquer sentido mais amplo de convivência social, que contemporaneamente migrou para outros espaços fechados, como os shoppings, os bailes e os cinemas. Certamente desmorona-se o sentido da rua como espaço de encontro. (CASTRO, 1997, p. 89).

O próximo artigo que questiona a cidade como um espaço produzido pela subjetividade se trata de um texto intitulado “Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido” (MATIAS, 2011). O trabalho é formulado a partir de uma pesquisa realizada com um grupo de jovens em situação de rua por três meses. É um trabalho que debruça seu olhar sobre o urbano a partir de uma relação entre a cidade e a subjetividade, destacando sua construção a partir dos sentidos atribuídos pelos jovens ao seu espaço:

Este relato pretende que os sentidos que a rua assume hoje – risco, inclusive – também têm história, que o processo de sua construção está intrinsecamente relacionado à condição social da rua, como um espaço de negociação em que um grupo, num regime específico de ocupação do espaço, enfrenta dificuldades, também histórica e socialmente construídas, no esforço de produzir suas próprias formas

pueden ordenar en un relato organizado cronológicamente, que corresponde a un avance hacia el objeto. Cualquier alteración de ese avance uniforme se puede volver a integrar a la narración mediante las nociones de precursor, genio, prejuicio e influencia.

de existência; o que, por sua vez, implica outras consequências sociais, psicológicas e físicas. (MATIAS, 2011, p. 237).

No artigo “Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no *graffiti*”, de Furtado (2012), o urbano é problematizado como um espaço produzido pela subjetividade. A intervenção dos grafiteiros na cidade é tratada como um processo de criação coletiva e expressão de novas formas de viver nos espaços urbanos. Assim, o artigo assinala que a relação entre os grafiteiros e a cidade depende de intervenções conjuntas e trocas afetivas que permitam reinventar a cidade e eles mesmos.

[...] os grupos de *graffiti* são menores e se definem como um grupo de amigos que se vincula pela prática comum do *graffiti* com a qual também almejam reconhecimento e visibilidade, porém, por meio de relações outras. As *crews* de *graffiti* se organizam, entre outros motivos, em função desse vínculo social e dos seus sentidos para os integrantes. (FURTADO, 2012, p. 221).

Todos os seis artigos de 2013 consideram a constituição mútua entre sujeito e espaço, assim tratam da cidade como um espaço produzido pela subjetividade como veremos a seguir. “As crianças na cidade e o acompanhamento terapêutico” (MEIRA, 2013), busca compreender o urbano como um cenário do qual a psicologia pode tomar auxílio ao processo terapêutico infantil. O artigo apresenta experiências e reflexões sobre a cidade como um espaço que gera sentimentos, relações e aprendizagens e podem contribuir no tratamento psicológico infantil. O texto não traz o urbano como tema, mas aborda a temática da saúde mental na cidade, o que possibilita pensar uma questão tradicional da psicologia e das análises mais individualizantes: a saúde mental das crianças articulada ao espaço urbano. Sendo assim, este nos permite pensar essa relação numa perspectiva que discuta sujeito e espaço.

Neste trabalho, rompem-se os diagnósticos que marcam o sujeito, muitas vezes alienados na medicalização, sendo transfigurados no momento em que a subjetividade encontra novas referências e novos laços. No anonimato da metrópole, a história singular, inúmeras vezes amarrada a signos diagnósticos, dá lugar a novas imagens possíveis do encontro com o outro. (MEIRA, 2013, p. 42)

O outro trabalho é intitulado “Repercussões da acessibilidade urbana para pessoas com deficiência física” (LIMA et al, 2013) e fundamenta-se na ideia de urbano como um cenário de vivência, necessidades e aprendizagens para pessoas com deficiência. Desta forma são feitas entrevistas com oito cadeirantes, moradores

do espaço urbano, a fim de analisar quatro categorias: apropriação do espaço urbano e vivência do sentimento de autonomia versus dependência; experiências no espaço urbano; limites e superações; e importância da acessibilidade urbana para o processo de inclusão social.

Dessas vivências do indivíduo, inclusive baseadas em fatos descritos por outros, emergem valores e sentimentos que implicam nos significados, no sentimento de pertencimento ou repulsa e nos vínculos emocionais sobre esse ambiente. O que nos faz compreender que experiências negativas com a cidade podem dificultar a construção desses sentidos de pertença. (FREITAS & SANTOS, 2013, p. 364).

O trabalho intitulado “Para desacostumar o olhar sobre a presença do indígena no urbano” (STOCK e FONSECA, 2013) traz o termo “Cidade Subjetiva” (p. 283) para explicar a noção de urbano sustentada na sua análise, entendendo, portanto, a cidade como um espaço de coexistências em que os diferentes grupos se apropriam de forma singular da construção desse urbano. As autoras explicam essa noção do urbano como um espaço subjetividade e produção social a partir da seguinte citação:

[...] pode ser pensada no sentido de uma obra de arte coletiva, visto ser o espaço não apenas organizado e instituído, mas também esculpido, apropriado por este ou aquele grupo. O urbano corresponde a uma forma de encontro e dispersão dos elementos da vida social. (STOCK e FONSECA, 2013, p.283 apud FONSECA, 2003, p. 256).

Os outros três artigos de 2013 que trabalharam o urbano a partir dessa perspectiva de produção subjetiva são: “Arte, loucura e cidade: a invenção de novos possíveis” (LIBERATO e DIMENSTEIN, 2013), “*The cities of need: capitalism and subjectivity in the contemporary metopolis*” (BAPTISTA, 2013) e “Cidades sutis: dispersão urbana e a rede de saúde mental” (COSTA e FONSECA, 2013). O primeiro artigo supracitado trabalha a partir de uma perspectiva de urbano como um espaço que pode ser vivenciado por meio da arte. O objetivo principal do trabalho é discutir as possibilidades da arte no contexto da desinstitucionalização. Desse modo, o urbano aparece como cenário de reflexão sobre as possibilidades da saúde mental articuladas à arte, alavancadas por meio de um projeto intitulado “Projeto arte e saúde”, que promove ações que buscam tratar a arte como um meio de lidar com a diferença e vivenciar a cidade.

Tomamos como premissa básica debater sobre os espaços construídos no território urbano que possibilitam o contato com a diferença, apresentando a arte como estratégia de potencialização de novos modos de existência e de lutas coletivas, bem como questionamo-nos acerca dos embates e encontros que os espaços da cidade, através da articulação de diferentes redes, podem possibilitar na construção de outros modos de relação com a diferença. (LIBERATO e DIMENSTEIN, 2013 p. 273).

O artigo "*The cities of need: capitalism and subjectivity in the contemporary metropolis*" (BAPTISTA, 2013), baseado nos estudos de Walter Benjamin, entende o espaço urbano como um espaço de produção subjetiva e se propõe a uma reflexão sobre as articulações entre capitalismo contemporâneo e subjetividade. Assim, ressalta nas suas análises a descartabilidade das relações sociais, a busca insaciável do prazer, a indiferença e o individualismo.

Tradicionalmente, a Psicologia Social dicotomiza os pares: cidade-subjetividade e mobilidade-sujeito. O principal efeito desta dicotomização é que a cidade é considerada como um ambiente que intervém ou se relaciona com o mundo interior, como se a materialidade urbana não contivesse, nas suas linhas, as formas singulares de viver o tempo, de dar sentido para o corpo, à alteridade e para nós mesmos.¹⁷(BAPTISTA, 2013, p. 54, tradução nossa)

No artigo "Cidades sutis: dispersão urbana e a rede de saúde mental" (COSTA e FONSECA, 2013) os autores utilizam a perspectiva de urbano como um processo de construção subjetiva que eles propõem compreender articulado à rede de assistência em saúde mental da cidade. Assim, através de um percurso genealógico o artigo problematiza as transformações da cidade e suas atuais práticas de assistência em saúde mental:

A visibilização desta rede de condições de possibilidade serve, assim, para problematizar a cidade e a reforma psiquiátrica em seus rumos atuais, permitindo-nos pensar outras estratégias para intervir neste campo de tensões a partir do agenciamento entre urbanismo e clínica sem reduzir um ao outro, mas antes formando novos hibridismos entre eles. (COSTA E FONSECA, 2013, p. 28).

O texto "Primavera urbana: a ilha deserta interroga multidões" (SILVA e BAPTISTA, 2014) a partir de uma perspectiva foucaultiana, fazendo conexões com sua estética da existência, se propõe a análise da narrativa apresentada pelo romance de Robinson Crusoe, a fim de debater as implicações éticas e políticas do

¹⁷ Traditionally, Social Psychology dichotomizes the pairs: city-subjectivity and mobility-subject. The principal effect of this dichotomization is that the city is regarded as an environment which intervenes or relates with the inner world, as if the urban materiality did not contain in its lines the singular forms of living the time, of giving sense to the body, to the alterity and to ourselves.

fazer científico no campo da psicologia frente à formas contemporâneas de resistência ao capitalismo.

Que doravante comentar o estado atual das coisas não está separado da ação de produzir novos sentidos possíveis para elas, sentidos antes impensáveis, de tal maneira que é preciso tornar-se outro para pensá-los. Conhecer deixa de ser uma questão de mera percepção passiva do que está dado para aproximar-se da narrativa. Contar a história do mundo em transformação significa tomar parte na sua usinagem. (SILVA e BAPTISTA, 2014, p. 34).

Ainda, um outro artigo que trabalha a partir dessa visão da subjetividade como um espaço de produção do urbano foi identificado em 2014 e se chama “Relações estéticas dos catadores de material reciclável com a cidade: os passos da pesquisa (BARBOZA e ZANELLA, 2014). Nesse artigo o urbano é tratado também como um espaço produzido por uma relação subjetiva. Se propõe a apresentar e discutir a relação entre catadores de material reciclável de uma cidade com a polifonia urbana. Assim, buscou-se a compreensão dos significados que os catadores de materiais recicláveis atribuem a cidade.

Afinal, falar das cidades é falar de subjetividades, posto que pessoas fazem as cidades cotidianamente, assim como estas as constituem. As cidades com suas linguagens plurais, conclamam ao convívio do inusitado, para além do supostamente “fixado” por suas delimitações territoriais. (BARBOZA e ZANELLA, 2014, p. 54.).

Alguns trabalhos, mais ligados a autores que trabalham com uma perspectiva social como Foucault, Deleuze, Guattari, Walter Benjamin, trazem a temática do urbano como um espaço de problematização. Nessas perspectivas o espaço e a subjetividade também se constroem mutuamente, mas a noção que esses teóricos trazem é de uma construção constante.

O artigo de Rodrigues e Baptista (2010), intitulado “Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas de subjetividade”, trata do urbano como uma articulação entre subjetividades e espaço. O trabalho se utiliza de imagens de Paris de Haussmann, das cidades invisíveis de Ítalo Calvino e Nápoles, tomando as articulações do filósofo alemão Walter Benjamin para análise dessas imagens. O artigo se propõe a descobrir o que essas cidades-imagem afirmam e como elas contribuem para o campo de estudos da subjetividade.

Diferentemente dessa perspectiva, propomos adentrar as questões que concernem às articulações entre subjetividade e espaço através de sua tessitura co-constitutiva, e não de modificações que se abatem sobre duas realidades epistemológica e ontologicamente

distintas. Em outras palavras, propomos uma análise dos processos que narram as tramas e embates que constituem o indivíduo – enquanto suporte hegemônico da experiência moderna – e o espaço ordenado e racional das grandes cidades. (RODRIGUES E BAPTISTA, 2010, p. 423).

Apesar de haver uma grande quantidade de trabalhos, especialmente a partir do ano de 2010, que compreendem a relação do sujeito com o espaço com uma relação co-constitutiva, que não prescinde um dentro e um fora, um biológico e um social ou uma subjetividade (privada) e um ambiente (público), essa discussão é longa e constitutiva da psicologia de modo que perpassa todas as suas práticas.

3.4 Relações dicotômicas na produção do urbano

Nessa história das produções da psicologia sobre o urbano, vemos alguns trabalhos que vão fazer apontamentos interessantes que se dão tanto no sentido de naturalizar dicotomias na relação entre o público e o privado, como posicionamentos críticos sobre essa questão.

Rose (2008) faz um apanhado dessa construção histórica da psicologia atrelada a dicotomias, afirmando que o século XX foi o século da psicologia. E que, a partir de sua noção de *self*, não só se consolida como ciência, como também introduz a compreensão de subjetividade como autonomia, identidade, liberdade e realização pessoal. Isso levou a uma psicologização da vida coletiva que se estendeu a várias áreas sobre as quais a psicologia se debruçou. O autor afirma ainda que esse processo de disseminação da psicologia, no entanto, iniciou-se como uma tecnologia de individuação, pela qual a psicologia lançou mão de técnicas de medição para avaliar comportamentos normais e patológicos.

Posteriormente, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, essas técnicas de individuação vão encontrar espaço em práticas coletivas com técnicas de modelação de atitudes dos sujeitos que os preparassem para atender as demandas que atendessem aos valores democráticos da sociedade liberal, pluralista e individualista ocidental. O grupo, então, aparece como uma tecnologia de treinamento de trabalhadores dóceis e disciplinados para se engajarem nas fábricas e, posteriormente, nos anos 1980, se tornou a principal técnica de especialistas em psicologia da empresa e sua difusão de técnicas de *self* atreladas a pressupostos neoliberais (ROSE, 2008).

Essa dicotomia que atravessa a produção das revistas e as discussões da psicologia entre individual/social é uma outra questão constante nos materiais de análise que aparecem sob a forma de espaço público/privado.

Em alguns artigos observamos que se destaca essa relação entre espaço público e espaço privado como lugares de segurança e perigo, respectivamente. No artigo de Lúcia Rabello de Castro (1997), “Afinal, o que querem da cidade as adolescentes?” identificamos nas suas reflexões de análise a produção de uma crítica à rua como um espaço perigoso e à casa como um espaço naturalmente protegido, justificado pelos sentimentos familiares e/ou de funcionamento comportamental feminino:

Decorrentes desses dois aspectos – obrigações/afazeres e solidão – que parecem aglutinadores das significações que a espacialidade “casa” parece mobilizar, coloca-se a imobilidade, compreendida aqui como a fixidez e a permanência que a casa oferece tanto para a realização de projetos (o estudar, por exemplo), como também o poder de estar consigo mesma, sem os lufa-lufas que o estar fora de casa propicia (CASTRO, 1997, p. 88).

A autora observa essa relação na análise que faz sobre as adolescentes e suas possibilidades de participação social na cidade. Aqui o espaço da casa e a rua adquirem significados opostos. Enquanto a casa é tomada pela ideia de espaço de construção, tranquilidade, solidão, a rua é construída por uma noção oposta, de desconforto, de bagunça.

Um outro trabalho que traz essa problematização é “Cidades sutis: dispersão urbana e a rede de saúde mental” (COSTA e FONSECA, 2013). Aqui esta questão vai ser trazida a partir da relação dos hospitais psiquiátricos com a rua:

Da construção de espaços de fechamento para os que fugiam aos padrões de urbanidade desejados pelos que planejavam e financiavam a cidade, para que estes pudessem habitar os espaços públicos destinados à socialização dos cidadãos de respeito, passamos agora para a construção de espaços de fechamento que permitam a socialização segura no seu interior. As grades e muros deixam de ser um instrumento de aprisionamento dos fluxos no seu interior para se tornarem, em uma reversão, instrumentos de fortaleza que impedem a entrada dos fluxos externos em uma interioridade planejada para o convívio entre iguais. (COSTA E FONSECA, 2013, p. 26).

Assim, o texto aponta uma questão interessante para pensar como essas estratégias de segurança foram tomando um percurso inverso. Os dispositivos para aprisionar pessoas que podiam causar algum dano fora dos espaços fechados, que

antes serviam para manter pessoas presas no interior de suas casas ou hospitais, agora toma o sentido de coibir a entrada de pessoas nesses espaços. A partir disso é possível pensar no quanto a rua, e todos a quem ela comporta são tomados como algo perigoso, de modo que a noção de perigo não está somente em ir para rua, mas na possibilidade de receber essa rua, de ser invadido por ela.

A citação seguinte traz mais uma problematização dessa questão. Apesar de ser um texto ligado a práticas mais individualizantes, faz um apontamento interessante em relação a arquitetura urbana, seus portões, seus muros altos e o trajeto segregado que se faz com o carro em direção a rua como uma estratégia de segregação e produção dessa divisão entre o público e o privado. O autor diz que:

A cidade Brasileira é estruturada de maneira semelhante às aglomerações norte-americanas: um centro comercial com grandes edifícios, cercado de grandes extensões de residências particulares. No Brasil esses imóveis contam com extrema segurança (condomínios). Uma tal estrutura urbana faz com que os residentes peguem seu carro, saiam da garagem e se dirijam para o estacionamento do seu local de trabalho ou para o supermercado. Conhecem seus vizinhos? Esse modo de vida aumenta a segregação social e impede todo o contato entre indivíduos de origem diferentes, daí a desconfiança com todos que vem de fora, os estranhos, os estrangeiros. (JOCKYMAN, 1990, p.188).

Retomando o texto do artigo “Afiml, o que querem da cidade as adolescentes”, similarmente às questões dos outros textos que apontam essas mudanças em relação ao que a rua era e no que ela se tornou, observamos um trecho que diz que antes a rua era um lugar para se fazer amigos, circular, ponto de encontro, etc. (CASTRO, 1997). Articulamos os questionamentos desses textos à discussão de Caldeira (1997) que traz uma perspectiva importante sobre essas transformações que passaram a constituir o urbano. Para explicar esse processo, a autora traz como exemplo os desencadeamentos históricos pelos quais esse processo de urbanização segregacionista se inscreve na cidade de São Paulo, apontando que, nessa cidade, no início do século, apesar dos ricos viverem em casas confortáveis e os pobres ocuparem os cortiços, os diferentes grupos sociais ocupavam espaços próximos uns dos outros nas áreas urbanas. A separação geográfica entre esses grupos iniciou-se a partir da década de 40, quando se divide a cidade entre regiões centrais e periféricas. Assim os ricos passam a ocupar as áreas com infraestrutura, os bairros centrais da cidade, enquanto os pobres viviam a precariedade da periferia (CALDEIRA, 1997).

Nos últimos anos os processos políticos, sociais, econômicos e culturais que ocorreram em várias cidades do mundo mudaram as configurações pelas quais esses grupos sociais se inscreviam no urbano nas décadas anteriores. Desse modo, a segregação urbana passou a existir de um modo diferente, em outros moldes. Deixou de dizer respeito a distâncias físicas e passou a ser tratada a partir de uma série de mecanismos complexos de separação entre ricos e pobres. A rua passou a ser o espaço dos pobres enquanto se investe em espaços construídos e voltados para o interior (CALDEIRA, 1997).

A autora destaca que sob a ótica da tranquilidade e da segurança, temos acompanhado o desenvolvimento dos novos desenhos da cidade, em que se sobressaem edificações para moradia, trabalho, consumo e lazer em espaços que são privatizados e envoltos por sistemas elaborados de seleção e bloqueio de qualquer possibilidade de contato com a rua e com seus transeuntes: pobres, perigosos, vagabundos.

Desta maneira, esses processos de exclusão, de opressão, de preconceito que têm sido naturalizados e reproduzidos nas problemáticas trazidas por essas produções da psicologia negam as condições e possibilidades sociais, históricas, culturais e materiais que governam a produção dos espaços urbanos. Esses processos, assim como são evidenciados em várias temáticas e problemas dos trabalhos, são também constituintes de sua construção metodológica, como veremos no capítulo seguinte.

4. ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DE SABER SOBRE O URBANO

Este capítulo corresponde ao segundo objetivo específico desta pesquisa. Nele procuraremos identificar quais referenciais teóricos e métodos a psicologia toma para discutir os processos de urbanização. Nos voltaremos à discussão de sua construção de saberes e de quais aspectos teórico-metodológicos estão implicados nessa produção. Desse modo, reafirmamos que, ao nos propormos a análise desses materiais que tratam da produção da psicologia sobre os processos de urbanização, nosso objetivo é problematizar esses materiais como uma produção social e histórica que mobiliza e produz subjetividades.

Refletiremos, neste capítulo, sobre as legitimações e rupturas na produção teórica da psicologia. Procuraremos discutir os princípios teórico-metodológicos pelo quais a psicologia tem se norteado na abordagem dos processos de urbanização e sua produção em torno dos projetos de construção dos espaços urbanos na cidade.

Serão analisadas as formas pelas quais os discursos das diversas construções científicas que fundamentam essas práticas afirmam e dão visibilidade a determinadas concepções de sujeito. Assim, nos debruçamos sobre a análise dos argumentos e os saberes convocados e autorizados pela psicologia para corroborar a construção dos territórios urbanos.

Das publicações selecionadas, nove deixaram explícita no texto a abordagem teórico-metodológica adotada: “por isso, é possível fazer uma abordagem às práticas culturais que estão no espaço público urbano a partir das metacontingências¹⁸” (PÁRAMO, 2010, p. 133, tradução nossa), “propomos articular subjetividades e espaços através de imagens, estas compreendidas no sentido que delas podemos apreender a partir dos escritos do filósofo alemão Walter Benjamin.” (RODRIGUES e BAPTISTA, 2010, p. 422), “foram analisadas a construção sócio-histórica da condição da rua e as práticas de espaço desses jovens[...]” (MATIAS, 2011, p. 237), “através de breve genealogia dos movimentos que tomaram tais espaços, operamos a problematização das transformações nesta cidade[...]”. (COSTA e FONSECA, 2013, p. 21), “As ferramentas conceituais propostas por autores da Filosofia da Diferença, assim como as formulações atuais da antropologia acerca do perspectivismo ameríndio, levam-nos a refletir [...]” (STOCK e FONSECA,

¹⁸ Por lo anterior es posible hacer una aproximación a las prácticas culturales que se sitúan en el espacio público urbano a partir de las metacontingencias.

2013, p. 282), “Inspirado por Walter Benjamin, entre outros pesquisadores, o autor apresenta [...]” (BAPTISTA, 2013, p. 54), “A pesquisadora principal percorreu, junto aos e com os sujeitos desta pesquisa, itinerários diversos, em uma perspectiva dialógica que a constituiu [...]” (BARBOZA e ZANELLA, 2014, p. 53), “[...] com destaque às possíveis conexões entre uma estética da existência, tal como proposta por Michel Foucault [...]” (SILVA e BAPTISTA, 2014, p. 25), “a investigação associou observação comportamental (mapeamento e análise de vestígios comportamentais), entrevista e diário de campo da pesquisadora” (VIEGAS et al., 2014, p. 307). Desses trabalhos, dois são referenciados pela psicologia comportamental, e os demais são trabalhados a partir de uma abordagem social. Na maioria dos artigos, aqueles que não expuseram explicitamente sua abordagem de trabalho, a identificação das teorias que, de alguma forma, se afinam com os artigos se deu pela identificação de termos, autores e das metodologias adotadas nos textos e suas principais relações teóricas dentro das escolas da psicologia.

Nas primeiras publicações, observa-se marcadamente a presença de termos, conceitos e métodos vinculados a perspectivas naturalizantes e biologicistas na abordagem dos trabalhos. Mesmo os trabalhos da revista *Psicologia e Sociedade*, que tradicionalmente divulga materiais mais vinculados à psicologia social, na época em que se iniciam os trabalhos da psicologia que abordam o urbano, é nítida a prevalência de artigos que trabalhavam com influências das ciências naturais no seu arcabouço teórico e metodológico, buscando evidenciar as questões que envolvem o objeto urbano. Assim, temos em 1987 o trabalho “‘Acaba Mundo’: da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana em favela” (BOMFIM et al, 1987), e em 1990 “Proprietários e posseiros urbanos: interações” (MACHADO, 1990), identificados como ligados à psicanálise e ao interacionismo, respectivamente, nesses três primeiros anos da inserção do tema dos processos de urbanização na produção da psicologia. Houve uma dificuldade em identificar o referencial teórico-metodológico no primeiro trabalho, mas pelo que se pôde analisar, apesar da presença de termos da psicanálise nas suas problematizações, propõe nas suas conclusões um projeto de ecologia humana, que se vincula a uma perspectiva interacionista do social.

Em 1990 e 2010 vemos dois trabalhos que referenciam a psicologia comportamental na abordagem do urbano (JOCKYMAN, 1990; PÁRAMO, 2010). Um

publicado pela revista *Psico* e o outro publicado na *Psicologia e Sociedade*. O primeiro artigo trata do urbano a partir da perspectiva da psicologia ambiental, que compreende a cidade como um espaço de adaptação dos indivíduos. Dependendo, assim, de padrões comportamentais para que determinadas sociedades possam ser mais ou menos bem sucedidas. Já o segundo trabalho referenciado pela psicologia comportamental segue a mesma perspectiva do urbano, que é a de cenário para a implementação de contingências sociais que resultem numa melhor convivência urbana. Nessas perspectivas apesar da discussão do urbano ser trabalhada como tema, ele vai, a partir desses posicionamentos teórico-metodológicos, sendo conduzida como cenário para a produção de comportamentos, como um ambiente de adaptação dos sujeitos.

Em 1997 vemos o que, inicialmente, parece ser uma ruptura em relação aos referenciais teórico-metodológicos na abordagem da temática dos processos de urbanização. As teorias marcadas por práticas e métodos mais individualizantes deixam de figurar entre as abordagens com as quais se problematiza as questões urbanas e passam a compor as publicações as teorias que focam o social como campo de análise. Assim, neste período temos um trabalho da revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia* que vai trazer uma construção metodológica que envolve o social como campo de possibilidades subjetivas (CASTRO, 1997). Seguindo as próximas publicações vemos que em 2010, a revista *Psicologia e Sociedade* publicou um artigo que utilizou como referencial teórico e metodológico a Psicologia social, com as ferramentas de autores que discutem e problematizam o social, como Walter Benjamin (CABRAL e BAPTISTA, 2010). Esse texto abordou o urbano como tema da pesquisa, entendendo este como uma articulação entre espaço e subjetividade. Através de imagens, o trabalho se volta a uma produção de sentidos sobre o espaço.

Com isso, vemos que o fato do tema ter sido discutido em duas abordagens tão diferentes nesses primeiros anos de aproximação entre a psicologia e os processos de urbanização sinaliza novos olhares e questões sobre essa temática neste período. Isso permite pensar o quanto o urbano se aproximou das questões da psicologia, ou melhor, como e quanto as questões da psicologia tem permitido problematizar o urbano.

Em publicações posteriores, nos anos de 2011 e 2012, respectivamente, há duas publicações que trabalham com referências que se aproximam dos estudos sócio-históricos (MATIAS, 2011; FURTADO, 2012). O primeiro traz seu posicionamento de vinculação a perspectiva sócio histórica e o segundo tem como articulação os estudos de Vigotski e outros autores que alavancam os estudos modernos. Nestes trabalhos, a noção de urbano é trabalhada como um espaço de produção de sentidos para os jovens. A cidade é tratada como um espaço produzido pelo sujeito e a partir dos sentidos que estes atribuem à cidade.

No mesmo ano, em 2012, segue um trabalho que toma as referências teóricas e metodológicas de Foucault, Deleuze, Guattari e da psicologia social (LIBERATO e DIMENSTEIN, 2012). No ano seguinte, mais um trabalho referencia a psicologia social, trazendo autores como Benjamin e Agamben à discussão (MEIRA, 2013). Em 2013 há um outro trabalho que se utiliza da psicologia social (LIMA et al, 2013).

Após isso, as publicações posteriores selecionadas nesse estudo, vão referenciar a psicologia social em um dos trabalhos de 2014 (BARBOZA e ZANELLA, 2014) e a psicologia comportamental em outro trabalho do mesmo ano (VIEGAS et al, 2014). Nas demais publicações selecionadas aparece a psicologia social, sendo recorrente as referências de Foucault, Deleuze e Walter Benjamin nessas produções.

Assim, acompanhamos que a maneira como a psicologia aborda os processos de urbanização tem traços teóricos e metodológicos muito marcados a depender dos contornos históricos que permeiam essas produções.

Nos percursos metodológicos que estes artigos tomam, identificamos que o primeiro trabalho selecionado, “Acaba mundo”: da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana em favela” (BOMFIM et al, 1987), segue a proposta de fazer uma análise de documentos resultantes de reuniões da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para um projeto de urbanização da favela “Acaba Mundo”. As autoras identificam nesses documentos a existência de três vertentes principais no olhar para esta urbanização no âmbito da Universidade:

1 – A Universidade não tem nada a ver com a favela. Esta é uma questão dos órgãos estatais. 2 - A Universidade tem o domínio de um saber que lhe permitiria centralizar decisões e apresentar soluções sobre a questão de urbanização de favela, desde que para isso, tivesse recursos financeiros. As favelas são vistas como quistos

sociais, que "necessitam de todo e qualquer apoio, auxílio ou serviço que o governo ou as classes mais favorecidas possam e devam oferecer" (...) " ... somente as Universidades com todo o seu potencial humano e o domínio do conhecimento das soluções requeridas em qualquer dos graves problemas decorrentes da proliferação destas comunidades carentes - tem condições de coordenar e promover, a custos sociais compatíveis e desde que suprida dos recursos financeiros indispensáveis, o encaminhamento das soluções capazes de promover o desejado equilíbrio social". Nesta perspectiva, o trabalho é participativo na Universidade e realizado através "da experiência de seus professores, da colaboração dos funcionários e da participação desinteressada de seus alunos". A Universidade proporcionaria "aos carentes a ajuda necessária a que emergem do sub-mundo em que vivem para o convívio da sociedade, a que de direito pertencem" ¹. 3 - O trabalho de urbanização de favela seria congestionado entre Universidade e a comunidade favelada. Na troca de informação entre o saber universitário e o saber da comunidade estaria presente a criação de um espaço do dizer e do ouvir. Recursos financeiros, quando existentes, seriam organizados e distribuídos de modo a evitar a perversidade de que maior parte fosse aplicada com o pessoal especializado e com os órgãos públicos, não alcançando a favela. Este trabalho supõe o imediato envolvimento com a comunidade e a equipe de intervenção auto-gestionada. (BOMFIM et al, 1987, p. 70).¹⁹

Vários saberes foram convocados para a produção desse projeto, que carregou, de antemão, esses questionamentos que, por vezes, aproximavam a comunidade do saber científico representado pela Universidade e, por vezes, a distanciava desse espaço de saber. Dentre os saberes convocados para respaldar práticas sobre o processo de urbanização daquele espaço estava o da psicologia que, nesse trabalho, diante dessas diferentes vertentes pelas quais se propõe produzir o urbano, se encarrega de questionar o espaço que a favela tem nesse projeto de urbanização. Para isso envia estudantes a essa favela com o intuito de compreender os desejos desses moradores e questionar "o que o psicólogo tem a dizer num processo de urbanização da favela? - onde "falta tudo"? Os moradores receberam amavelmente a equipe de psicologia, esperando receber "alguma coisa" dela, alguma coisa que satisfizesse suas necessidades ou desejos" (BOMFIM et al, 1987, p. 70).

Posteriormente, o trabalho analisa os relatos dos alunos e as entrevistas feitas com moradores da comunidade, trazendo as coincidências e conflitos com os pontos abordados nos documentos resultantes das reuniões que tratavam do projeto

¹⁹ No original, a nota de rodapé 1 pontua que essas informações provêm do Ante-Projeto UNI-F AV, UFMG, 1986.

de urbanização proposto pela universidade. O trabalho concluiu, a partir do acesso aos sentimentos dos sujeitos “favelados” (BOMFIM et al, 1987, p. 71), que a melhor estratégia estaria num projeto de ecologia humana, na favela, que dê conta de produzir uma “arte de viver” (BOMFIM et al, 1987, p. 79), higienizando o espaço.

O artigo não explicita o referencial teórico-analítico utilizado, mas usa termos ligados à psicanálise, o que nos levou a relacioná-lo a esta abordagem:

[...] com efeito, cabe analisar o lugar que ocupamos dentro/fora da instituição universitária - estamos inscritas nela e detemos um saber que lhe é próprio, e dela nos afastamos quando estabelecemos relações de transferência e de contra-transferência com os favelados. (BOMFIM et al, 1987, p. 79).

Uma das questões que o trabalho aponta como preocupação é a produção de um projeto de urbanização pela universidade que não leve em conta o desejo dos moradores da favela, por isso a estratégia metodológica das escutas. No entanto, a análise deste material, das falas dos moradores, vai produzir um discurso científico, pela psicologia, baseado numa interpretação voltada ao âmbito individual.

De modo semelhante, o artigo “Proprietários e posseiros urbanos: interações” (MACHADO, 2010) faz uma pesquisa a partir de um procedimento metodológico que incluiu a observação feita durante quatro anos a um grupo de proprietários e posseiros urbanos que conflitavam por um território urbano. Essa observação foi feita através de entrevistas documentadas em gravadores e material escrito que registram as falas de 18 posseiros e três proprietários. O trabalho faz uma análise das interações entre os proprietários e posseiros dos lotes da favela, encontrando interações no processo de barganha entre os proprietários e os posseiros. Nesses registros, há denúncias relatando que os proprietários ameaçam ou oferecem dinheiro para que o posseiro desocupe a terra, assim como que acionam órgãos públicos para dar subsídio na luta pelo terreno. Assim, o trabalho manuscreve as falas das entrevistas que exemplificam o que o texto chama de interações e todas as estratégias, sentimentos, tristezas, lembranças que envolvem o processo de posse da terra. Todo esse processo é relatado como uma questão que envolve os posseiros e os proprietários. Outras instâncias, como questões históricas ou a intervenção dos órgãos públicos são citadas no artigo unicamente como parte das estratégias das personagens, uma vez que o questionamento da autora gira em

torno do modo natural como esses dois grupos gerenciam seus sentimentos e atitudes na busca de resolução de um conflito que existe entre eles.

A análise feita do trabalho permite chegar a algumas conclusões que giram em torno dessa produção ter construído um discurso bem individualizante para essa questão. A questão é feita e analisada como se os conflitos gerados pela propriedade privada e pela desigualdade social remetessem a situações que envolvem questões pessoais, individuais. É como se não houvesse outra dimensão de governo que produzisse pobres e sem-teto, assim toma-se o vínculo entre esses proprietários e posseiros urbanos como se fosse natural, como se fosse natural existirem pessoas que têm um teto e outras que não têm. Assim, a pergunta desse trabalho e sua construção parecem se assentar numa naturalização da pobreza.

O artigo faz referência a uma análise das interações. Entende, assim, que os vínculos entre proprietários e posseiros são mantidos por projeções de sentimentos, através de modelos que os donos da terra passam a ser para os posseiros, ou fantasias de igualdade entre eles, ou mesmo identificação de um com o outro:

Assim, posseiros e proprietários constituem-se também como modelos. O posseiro almeja ser um dia dono do terreno no qual mora, ou fantasia já o ser; o barraco é um patrimônio deixado pelo pai ao filho: as casas melhores são construídas seguindo-se um padrão classe-média; de seu lado, o pequeno proprietário, sobretudo quando se compara ao grande proprietário, se identifica ao favelado. (MACHADO, 1990, p. 22).

Momentos de identificação com o posseiro parecem ser prerrogativas do pequeno proprietário. Especuladores e grandes proprietários, diferentemente, realizam projeções, localizando no posseiro qualidades, sentimentos e mesmo atos que parecem dizer respeito muito mais a si mesmos. (MACHADO, 1990, p. 23).

Dessa forma, sua análise mostra que os conflitos se dão pelo fato de posseiros e proprietários partirem de duas lógicas diferentes, dois pontos de vista distintos.

Esse discurso não permite pensar as questões de exclusão, opressão e marginalização históricas, sofridas pelos pobres na ocupação dos territórios urbanos. Ele se assenta em práticas que se comprometem com essas demandas de pobreza, como se elas estivessem cristalizadas e enraizadas no nascimento destas pessoas.

Esses dois últimos trabalhos supracitados (BOMFIM E MACHADO, 1987; MACHADO 1990) chamam atenção nessas produções pelo modo como trazem

palavras como “favelados” (BOMFIM E MACHADO, 1987, p. 71; MACHADO 1990, p. 10), “desfavelamento” (MACHADO, 1990, p. 11), “favelar” (BOMFIM E MACHADO, 1987, p. 79). Observa-se que nessas primeiras publicações a utilização desses termos é frequentemente rebuscada nas argumentações dos trabalhos para se dirigir aos espaços de exclusão urbanos, sendo trazidas de maneira natural, sem problematizações sobre seu uso. A partir de 1990, vemos esses termos deixam de compor as produções analisadas neste trabalho.

No artigo “Gabriel Moser e a Psicologia da vida urbana” é feita uma entrevista com um Psicólogo suíço radicado na França, estudioso da *Psychologie Environnementale* (Psicologia Ambiental). O trabalho é iniciado se referindo ao noticiário brasileiro sobre as manifestações que vinham acontecendo em Paris, nas últimas semanas, e é feita uma comparação da situação atual, descrita como “passeatas, quebraadeiras, incêndios de carros e roubos” (JOCKYMAN, 1990, p.13), com os acontecimentos de maio de 1968, “embora sem nenhum conteúdo ideológico manifesto” (JOCKYMAN, 1990, p. 186). Em seguida, apresenta a *Psychologie environnementale* como uma especialidade nova e de exigência política nos países mais avançados da Europa. Assim, prossegue com sete perguntas ao entrevistado, que consistem em compreender como são produzidos e mantidos os padrões comportamentais criminosos nas grandes cidades. Numa das questões o entrevistador questiona: “as sobrecargas que os indivíduos bem ou mal suportam nas grandes cidades poderia gerar, paradoxalmente, formas novas de convivência ou necessariamente conduziram ao crime?” (JOCKYMAN, 1990, p. 186). O entrevistado responde:

As sobrecargas decorrentes da periferia das grandes cidades exige esforços múltiplos de adaptação. A história da humanidade nos mostra como somos capazes de nos adaptar a condições muito diferentes daquelas onde nossos ancestrais evoluíram. O problema essencial está em saber qual o custo dessa adaptação. [...] Portanto, nas grandes cidades a criminalidade é mais frequente porque os grandes centros urbanos oferecem mais ocasiões de atuação de tais comportamentos (anonimato e menos controle social), porque eles abrigam uma população à margem da sociedade, e não porque eles representam o maior potencial de dano. (JOCKYMAN, 1990, p. 186-187).

É interessante pensar como a resposta a essa questão não vai girar em torno de sentimentos dos sujeitos, como nos trabalhos anteriores que descrevemos, mas das condições sociais, entendendo esse social não como uma prática constante de

produção subjetiva, como se assinala na posição científica desta dissertação, mas como um ambiente fixo que vai agir sobre o indivíduo, controlando-o mais ou menos. Sendo questionável, assim, se a concepção de homem que se afirma no texto faz sentido, e se o indivíduo pode mesmo ser entendido nessa afirmação como não potencialmente danoso, como não dotado de uma natureza, já que ele precisa ser controlado e que o autor aponta o principal problema dessa sociedade como a falta de controle social.

De todo modo há claramente um entendimento, nesse trabalho, de que as condições são externas aos indivíduos. Há uma dicotomia na relação entre o indivíduo e a cidade, compreendendo-se o sujeito como apartado dessa realidade, sendo necessário modificar esse ambiente para que ele consiga controlar e adaptar o indivíduo. Desse modo, o problema da violência na cidade é veiculado no trabalho como falta de controle e adaptação.

Em 1997, temos a demarcação do primeiro trabalho que se utiliza de práticas teórico-metodológicas ligadas ao campo da subjetividade em articulação com o urbano. Nesse artigo, “O que querem da cidade, as adolescentes?” (CASTRO, 1997), a autora faz uma análise das possibilidades subjetivas que a cidade proporciona para as adolescentes mulheres do Rio de Janeiro. Para isso faz entrevistas semiestruturadas e abertas com jovens mulheres do Rio de Janeiro, residentes em regiões distintas e em condições sociais, econômicas e emocionais diferentes. Para a análise ela segue três dimensões analíticas: a cidade como: a) desenraizamento; b) a transformação dos valores; e c) desamparo radical. O trabalho não explicita o número de participantes da pesquisa, nem a abordagem teórico-metodológica utilizada, mas referencia autores ligados a discussões que privilegiam o social como uma prática de produção subjetiva. Tanto as estratégias metodológicas trazidas no trabalho, como o discurso que essa análise possibilita, destaca, cronologicamente, uma nova prática da psicologia em suas análises. A condução desse trabalho é um novo fazer científico, que se produz numa relação mais horizontal com as adolescentes da pesquisa. A análise vai se dar em torno das falas e das questões das jovens com a cidade, tentando compreender a construção dessa demanda a partir da análise de suas determinações históricas e sociais. É um modo de análise da psicologia que rompeu com estratégias interpretativas e análises prontas que prescindem uma solução adequada ao problema. Saindo dos

determinismos, parece que a preocupação do trabalho está muito mais em trazer à tona as práticas sociais e históricas das adolescentes mulheres sobre a cidade Rio de Janeiro e a complexidade destas práticas, do que se colocar no lugar de solucionar a questão.

O artigo *“Aprendizaje situado: creación y modificación de prácticas sociales em el espacio público urbano”* (PÁRAMO, 2010) faz, a partir da psicologia comportamental, uma análise metacontingencial que visa garantir a manutenção das práticas socialmente desejáveis nos espaços públicos. A partir dos trabalhos escritos por Sigrid. S. Glenn, o autor entende a análise metacontingencial como arranjos sociais situados entre as práticas e os resultados que mantêm essas práticas. O trabalho se debruça sobre as consequências do comportamento e na aprendizagem por regras, a fim de programar contingências que garantam a manutenção de práticas urbanas socialmente desejáveis.

A construção teórico-metodológica do trabalho dá visibilidade à concepção de sujeito como algo passivo às contingências sociais e à articulação entre comportamentos e consequências sociais. O urbano, então, é apreendido e analisado em um ambiente que influencia as relações sociais, por contingências que podem facilitar as interações. Há, no entanto, uma cisão entre a cidade e o indivíduo. Aqui um é tomado a partir de uma suposta neutralidade em relação ao outro, de forma que eles não se interpenetram, mas um se adapta ao outro.

Partilhando das mesmas questões e posicionamentos teórico-metodológicos do trabalho descrito acima, o estudo *“Um oásis urbano: dois estudos das interações pessoa-ambiente na praça Kalina Maia, Natal/RN”* (VIEGAS et al., 2014) utiliza, a partir da psicologia comportamental, métodos de diário de campo, entrevistas e observação comportamental para análise do espaço urbano. A prática metodológica desse estudo se baseia na observação e registro das contingências que mantêm as práticas sociais, a fim de fortalecer a retroalimentação das contingências que produzem práticas socialmente aceitas.

Diante dessas práticas que requerem ajustes e adaptações ao urbano, descritas a partir desses posicionamentos científicos que procuram neutralizar uma relação entre o sujeito e o espaço, tomamos uma reflexão do sociólogo Manuel Castells (2011), que coloca a ideia de urbanização de um modo interessante. Ao invés de falar de urbanização, diante destas produções que se amparam em

discursos que separam e hierarquizam os sujeitos e o território, o autor prefere tratar da produção de formas espaciais. Para ele é a ideologia de urbanização que se refere a concentração da população em um certo espaço, no qual constituem-se aglomerados funcionais, socialmente interdependentes numa relação hierarquizada.

Os trabalhos citados a seguir são construídos a partir de uma noção teórico-metodológica vinculada à psicologia sócio-histórica, que trabalha a subjetividade como constituinte do sujeito e das suas relações com o espaço: o trabalho “Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido” (MATIAS, 2011) a partir de uma abordagem sócio-histórica faz uma pesquisa etnográfica, realizada durante três meses, em Natal/RN, com grupo de pessoas em situação de rua, predominantemente jovens entre 16 e 18 anos. O artigo “Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no *graffiti*” (FURTADO, 2012) utiliza as referências de Vigotiski para fazer uma entrevista com seis grafiteiros da cidade de Florianópolis, pertencentes a *crews* diferentes e faz observações, registros fotográficos e filmagens de suas atividades criadoras na cidade.

Assim, as práticas metodológicas descritas acima se situam no campo da psicologia social, mas com especificidades do discurso que ampara a psicologia sócio-histórica. Os argumentos aos quais as diferentes práticas desses artigos remetem se dão em torno do entendimento do espaço urbano construído a partir de um olhar para as condições históricas, sociais e culturais. Assim, tanto o urbano como o sujeito, nessas concepções, se constituem e modificam a partir de mediações que possibilitam essa relação.

Os trabalhos a seguir se amparam nas ferramentas teórico-metodológicas da psicologia social. O primeiro, “Repercussões Psicossociais da Acessibilidade Urbana para as Pessoas com Deficiência Física” (LIMA, 2013) trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevista semiestruturada e tratamento de dados pela análise de conteúdo. O artigo “Relações estéticas de catadores de material reciclável com a cidade: os passos da pesquisa” (BARBOZA e ZANELLA, 2014) trabalha com registros de imagens feitas pelos catadores, observação participante e análise dialógica do discurso. Esses textos partem de uma abordagem que permite pensar os procedimentos metodológicos como ferramentas importantes de amparo à problematização e transformação do social. Se sustentam em práticas que produzem reflexões reivindicadoras de mudanças na produção do espaço urbano.

O artigo “Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade” (RODRIGUES e BAPTISTA, 2010) utiliza os escritos de Walter Benjamin, se norteando por conceitos e questões que se ligam à psicologia social. O trabalho analisa algumas imagens da Paris de Haussmann, das “Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino e de Nápoles, narrada por Walter Benjamin. Assim, questiona o que as cidades-imagem afirmam e como elas interpelam o campo da subjetividade. A concepção de humano defendida nesse trabalho é a de um sujeito que se produz na sua relação com a cidade. A partir da articulação entre a subjetividade e o espaço, rompem-se as dicotomias que põem, de um lado, o espaço enquanto realidade objetiva e, do outro, o homem, a subjetividade, como instância individual. Diferente dessa perspectiva o autor propõe questões que propiciem uma articulação entre subjetividade e espaço e coloca que:

Este encontro vem no sentido de colocar em discussão uma das principais questões dos Estudos da Subjetividade: a subjetividade como domínio da interioridade, que possui como desdobramento o entendimento dos espaços enquanto outra realidade, externa, objetiva.” (RODRIGUES e BAPTISTA, 2010, p. 423).

Essas questões teórico-metodológicas apontadas na citação estão ligadas à produção de práticas em psicologia que problematizam o urbano como um campo de produção dos sujeitos, uma vez que não entende esse espaço como apartado do sujeito, ou em interação com ele, mas como a constituição mútua. Assim, se liga a um tipo de pensamento que trata a maneira como os sujeitos ocupam, constroem, modificam, transitam o espaço urbano como a produção do próprio sujeito.

Alguns outros artigos selecionados trazem visões teórico-metodológicas que partilham desses mesmos posicionamentos supracitados no modo de compreender e construir o urbano. O artigo “Primavera urbana: a ilha deserta interroga as multidões” (SILVA e BAPTISTA, 2014) aborda a psicologia social e, amparado nas narrativas de Foucault, faz uma narrativa da vida numa ilha deserta apresentada pelo romance Robinson Crusóé. O trabalho questiona as práticas ético-políticas das ciências humanas diante das demandas capitalistas. Então critica a tomada da cidade como um espaço de práticas de consumo capitalistas, prescritivas, e aponta para um modo de existir no contemporâneo que inclua as práticas de resistência, tomando resistência como uma prática de liberdade, indicando caminhos para pensar as pesquisas em psicologia no encontro com forças políticas de resistência.

Assim, aponta que, no romance que analisa, sua personagem ao final do livro é um sujeito sem fronteiras e dicotomias.

Para discutir as questões que se colocam a partir da presença do indígena nos espaços urbanos o artigo “Para desacostumar o olhar sobre o indígena no urbano” (STOCK e FONSECA, 2013) escolhe como estratégias teórico-metodológicas uma discussão a partir de conceitos da filosofia da diferença e as formulações atuais da antropologia. A partir disso, as autoras fazem reflexões sobre a maneira como as populações indígenas têm experimentado a cidade e, a partir dessa relação possam transformar as formas de ocupação desse espaço. Esse delineamento permite pensar as possibilidades de vida na cidade afirmando um posicionamento teórico-metodológico feito a partir da noção de homem que se constrói à medida que produz o urbano.

Com isso, vemos que o humano, nestas produções da psicologia, é entendido como um ser em constante relação com o mundo, com a vida, com a cidade, que se efetua na relação com o urbano, com a construção subjetiva que é gerada nessa relação.

O artigo “*The cities of need: capitalism and subjectivity in the contemporary metropolis*” (BAPTISTA, 2013) segue abordagem teórico-metodológica semelhante, partilhando uma visão de humano livre, rompendo dicotomias entre o homem e o espaço. O trabalho é construído a partir da psicologia social e faz uma análise da vida social nas metrópoles contemporâneas. A partir das referências de Walter Benjamin o texto aponta as singularidades da produção subjetiva no capitalismo contemporâneo.

Do mesmo modo, partilhando das mesmas visões de homem e demarcações de construção de práticas de liberdade na psicologia, partem outros dois trabalhos que, entre outros, explicitam uma articulação entre a psicologia e o urbano. O primeiro, “Arte, loucura e cidade: a invenção de novos possíveis” (LIBERATO e DIMENSTEIN, 2013), se faz a partir de pressupostos da psicologia social, que toma Foucault, Deleuze e Guattari como referências, apresentando imagens que ajudam a refletir sobre a potência da arte e a debater ações do Projeto Arte e Saúde. O outro trabalho é “Cidades sutis: dispersão urbana e a rede de saúde mental” (COSTA e FONSECA, 2013), que faz referência a conceitos de Foucault e da psicologia social utilizando o método cartográfico. Por fim, “As crianças na cidade e o

acompanhamento terapêutico” (MEIRA, 2013), a partir da psicologia social, faz uma observação participante no projeto Cidade das Crianças, em Porto Alegre.

Esse conjunto de trabalhos parte de metodologias assentadas em discursos que apontam para uma produção constante dos objetos. Os percursos teórico-metodológicos adotados nestas pesquisas dão enfoque a um campo discursivo que trabalha o urbano como um processo que produz subjetividade, e que é constituído à medida que se produzem os sujeitos, mutuamente.

Esses trabalhos não prescindem uma dicotomia entre sujeito e território, mas problematizam as relações na cidade, com a responsabilidade de compreendê-las como constituintes das pessoas. O artigo “Arte, loucura e cidade: a invenção de novos possíveis” (LIBERATO e DIMENSTEIN, 2013), traz um apontamento interessante para pensar o território urbano. Esse trecho explicita bem o discurso que o conjunto de trabalhos ao qual estamos nos referindo produz: “é importante ressaltar que ao falarmos em território não estamos nos referindo somente a uma região ou distrito administrativo, mas ao lugar onde são tecidas as relações sociais.” (p. 275).

Assim, vemos que as principais ligações teórico-metodológicas dos trabalhos foram com a psicanálise, o interacionismo, a psicologia comportamental e a psicologia social. Destes trabalhos, cinco foram identificados com percursos teórico-metodológicos ligados a perspectivas individualizantes. A maioria abordou o tema a partir de concepções que tratam o urbano em uma perspectiva social.

É interessante notar que a predominância desses trabalhos que tratam o urbano como uma construção social trazem, recorrentemente, alguns autores e perspectivas teórico-metodológicas na abordagem da temática. A psicologia social aparece muitas vezes nos trabalhos, assim como alguns autores são identificados com mais frequência construindo essa produção. Só Luiz Antônio dos Santos Baptista é responsável pela construção de três desses trabalhos, sendo que esse é um autor que cita e se articula constantemente a teóricos como Walter Benjamin, Michel Foucault, Nietzsche e Deleuze, que trabalham com perspectivas que atentam para o social como um campo de problematizações e transformações. Uma grande parte dos trabalhos utiliza recorrentemente essas mesmas referências.

Apesar da diversidade e coexistência de teorias e métodos que abordaram e produziram o objeto ‘urbano’ em todo o percurso histórico feito nesta pesquisa,

podemos pensar que essa ligação da psicologia social com os processos de urbanização parece demonstrar que as ferramentas teórico-metodológicas que predominantemente têm sido usadas pela psicologia na abordagem dos processos de urbanização, têm procurado dar visibilidade a esse urbano como uma produção que, se não constituída socialmente, é pelo menos ligada a esse social.

Assim, a partir do olhar para a construção de saberes e dos aspectos teórico-metodológicos que estão implicados nessas produções, temos uma maior visibilidade das diferentes concepções de sujeito produzidas nesses trabalhos. Com a identificação das práticas e dos discursos dos diferentes campos científicos pelos quais percorrem estes textos, partimos para tecer reflexões sobre o que se identificou nestas produções como contribuições da psicologia para a abordagem dos processos de urbanização.

5 TRANSFORMAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

Neste capítulo trabalharemos o terceiro objetivo específico elencado na produção dessa pesquisa. Nele procuraremos discutir as transformações e contribuições do conhecimento produzido pela psicologia em relação à abordagem dos processos de urbanização.

Trataremos das problematizações e contribuições da psicologia à temática dos processos de urbanização. Buscaremos expor as críticas e considerações da psicologia em torno dos processos de urbanização e analisar se essas construções fazem alusão às questões que envolvem cidadania e liberdade nos espaços urbanos.

A análise da história dos processos de urbanização na produção da ciência psicológica brasileira, a partir dos artigos analisados nesta pesquisa, mostra que a psicologia tem contribuído para que essa temática tome lugar nas discussões e práticas psicológicas. A análise destes textos destaca que a temática dos processos de urbanização foi tomando mais espaço na psicologia ao longo do tempo, de forma que podemos dizer, a partir do contato com esse material, que a história atual da psicologia é a que reflete a relação mais sintonizada e profunda dessa ciência com esse objeto de estudo, os processos de urbanização. Ao longo dessa história, e explicando em alguns pontos a sua distância ou proximidade das reflexões da psicologia, esse objeto não foi isentado da história que ronda a própria constituição desta ciência e os posicionamentos que perpassam sua construção e sua prática advindos desta herança histórica. Assim, o tema dos processos de urbanização na psicologia, não pôde ser abordado de outra forma, se não a partir dos mesmos mecanismos, contradições, construções e rupturas históricas que constituem esta ciência.

Na análise dos artigos estudados nesta pesquisa, observamos que apesar da demarcação histórica dos nossos estudos iniciarem-se de 1987, os processos de urbanização só vão ser abordados, de forma tímida, dez anos depois. Hüning (2015) confirma isso quando diz que apesar da diversidade de temas e abordagens teóricas no campo da psicologia, os processos de urbanização, a abordagem dos espaços urbanos e os fenômenos a eles relacionados são alvo de estudo recente nesta disciplina.

Ferreira Neto (2004) explica que essa distância histórica entre a Psicologia e os processos urbanos tem razões possíveis no fato da relação entre subjetividade e cidade se inserir no debate entre indivíduo e sociedade.

O autor mostra que a dicotomia entre indivíduo e sociedade parte do princípio de que o indivíduo é um conjunto fechado que interage e faz trocas com o meio social que, lhe é externo. Essa perspectiva, trazida pela ciência moderna, influenciada pelo pensamento cartesiano, trouxe à psicologia a construção do seu objeto de estudo, a subjetividade, como particular, interna e estática. A partir desta noção de subjetividade, porém, possibilitou-se a constituição da psicologia como disciplina autônoma. E, de certa forma, toda a história da psicologia foi perpassada por essa ideia de interiorização da subjetividade, de modo que, até hoje perdura essa divisão disciplinar entre estudos psicológicos e sociais (FERREIRA NETO, 2004). Desse modo, “a disciplina psicologia toma, assim, seu objeto de estudo de modo desconectado em relação ao espaço social, sofrendo, portanto de um solipsismo desde seu nascimento como ciência” (FERREIRA NETO, 2004).

No entanto, as transformações das décadas seguintes tornam possível essa relação fundamental e fez-se necessária, por parte de alguns psicólogos, a problematização dessa relação. De acordo com Hüning (2015), essas aproximações entre psicologia e processos de urbanização foram se modificando e sendo campo de problematizações especialmente a partir do ano 2000, quando ampliam-se e transformam-se as perspectivas teóricas da psicologia latino-americana. Desse modo, os processos de urbanização deixam de ser um campo de intervenção da psicologia comunitária e passam a compor diversos estudos e análises que buscam discutir e desnaturalizar a produção subjetiva desses espaços.

Em pesquisa realizada por Hüning (et al, 2014), na qual são analisados os resumos dos Anais dos Simpósios da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) entre os anos de 1988 a 2010, observa-se que os estudos que problematizam os processos de urbanização na psicologia social são encontrados a partir do ano de 1988. A partir dessa análise os autores dizem que as mudanças urbanas criam novas formas de se relacionar com a cidade e, portanto, novas formas de injustiças e exclusão social que vão se ligar a novos processos de subjetivação, produzindo uma nova agenda para a psicologia social.

Assim, temos alguns artigos analisados que, a partir de perspectivas ligadas a essa noção de subjetividade, tratam as questões urbanas problematizadas em seus textos como algo separado dos sujeitos. São os cinco trabalhos intitulados: “Acaba Mundo’: da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana em favela” (1987), “Proprietários e posseiros urbanos: interações” (1990), “Gabriel Moser e a Psicologia da vida urbana” (1990), “*Aprendizaje situado: creación y modificación de prácticas sociales em el espacio público urbano*” (2010), “Um oásis urbano: dois estudos das interações pessoa-ambiente na praça Kalina Maia, Natal/RN” (2014). Esses trabalhos trazem uma discussão ligada a aspectos que compreendem os sujeitos apartados dos espaços urbanos. Assim, a noção de cidadania trazida nestas produções parece se distanciar da ideia de liberdade. Os sujeitos, a partir dessa visão de homem não podem gerir esses espaços, mas somente interagir ou se adaptar a ele.

As principais questões trazidas nesses artigos giravam em torno de como criar formas de adaptar o sujeito ao espaço, e eram tratadas a partir da procura de técnicas mais eficazes a serem instauradas nos sujeitos para a resolução da situação do espaço em questão.

O primeiro trabalho elencado acima que trata dessas noções é intitulado “Acaba Mundo’: da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana em favela” (BOMFIM et al., 1987). O trabalho, a partir da proposta colocada aos alunos e professores do curso de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, de construir um projeto de urbanização para a favela “Acaba Mundo”, passa a problematizar as formas de pensar em um projeto para aquela população, elegendo como questão principal da favela sanar suas condições de saneamento básico, saúde e higiene. Assim propõe um projeto de ecologia humana na favela, a fim de resolver a questão da urbanização daquele espaço e ensinar-lhe um modo adequado de viver.

Esse primeiro trabalho tem muita importância, porque estreia a temática nas revistas que selecionamos e já insere na sua problematização uma articulação entre a psicologia e a produção dos espaços urbanos. Apesar desta produção já se posicionar com uma inconformidade com as práticas mais verticais de tratamento dos espaços urbanos pela psicologia, as questões suscitadas e o modo de tratá-las nesta pesquisa revelam a herança histórica que se dá a partir de uma relação de poder entre o projeto urbano proposto e o saber acadêmico produzido pela

psicologia como adequado para gerir aquele espaço urbano. O trabalho faz em alguns momentos apontamentos e denúncias importantes para pensar as injustiças e as condições sociais que produziram aquele espaço urbano, mas reproduz as práticas de segregação que critica quando se coloca por meio de ações assistencialistas e técnicas de autocuidado.

Com a proposta do projeto de ecologia humana e a maneira de resolver o que foi destacado como questão, a higiene do espaço, a favela permanece ocupando o mesmo lugar segregado na cidade, mas agora com um propósito proposto pela universidade e o saber científico de “desfavelar” (BOMFIM et al., p. 79), ou agir de forma a não perturbar os espaços considerados mais importantes no território urbano. Essas questões urbanas tratadas nesse trabalho e a maneira como foram tratadas prejudica a construção de um fazer que implique na democratização dos espaços públicos. Práticas que reivindicam a adaptação do indivíduo ao espaço e produzem técnicas de conformidade, para que esses sujeitos não precisem circular em outros espaços urbanos, senão aqueles destinados a “favelar”, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção destas condições de injustiça, deixam explícitas o quanto a liberdade de ir e vir na cidade é ferida. Esses posicionamentos tomam como questão fundamental ações que prejudicam exatamente os princípios de liberdade de circular nos espaços públicos. Questionar os direitos de saneamento básico e moradia digna por um viés individualizante, coloca a questão pública no âmbito da resolução dos indivíduos que, nesse trabalho, ocorreu através de um projeto de ecologia humana e técnicas de autocuidado.

No artigo “Proprietários e posseiros urbanos: interações” (MACHADO, 1990), as principais questões são entender como se dão as interações entre os proprietários e posseiros e como esses discursos sustentam contendas entre esses dois grupos. Essa questão vai ser tratada a partir da análise dos sentimentos que envolvem aqueles sujeitos, por suas condições de perda. O posseiro, que é ameaçado a perder sua atual moradia e o proprietário, que perdeu seu terreno. A partir dessas questões, resolveu-se tratar os espaços urbanos no referido trabalho como um espaço de interações, onde ocorrem disputas e conflitos resultantes dessa situação de insegurança e medo da perda do terreno.

Tanto a problematização levantada sobre a situação dos sem-terra, como sua escolha de dar enfoque as interações entre a multiplicidade de questões que essa

discussão permite, privatizam uma questão que é social. Em nenhum momento o trabalho se voltou a questionar por que existem essas condições sociais que levam esses sujeitos a lutarem pela terra. Naturalizou-se e individualizou-se um conflito que é social, que gira em torno de questões de desigualdade social e propriedade privada, e tomou-se como questões de contenda entre dois grupos. Esses apontamentos feitos no trabalho não contribuem para que essa situação urbana descrita no texto se aproxime da discussão sobre direito, democratização dos espaços urbanos e cidadania. Porque eles ajudam a produzir uma reflexão sobre o indivíduo, sobre seus sentimentos e comportamentos diante de uma situação desconfortável. Mas não colocam em questão o sujeito que teve seus direitos assegurados e administrados por práticas de governo negados, o direito à moradia e à dignidade, o sujeito que não é inimigo, nem vítima do proprietário e vice-versa.

No trabalho intitulado “Gabriel Moser e a Psicologia da vida urbana” (JOCKYMAN, 1990), as questões feitas pelo entrevistador ao Psicólogo Gabriel Moser giram em torno das formas de lidar com a violência e a criminalidade na vida urbana. Esse é um trabalho interessante, porque marca mais uma produção que tematiza a própria psicologia em articulação com o espaço urbano.

O tratamento da questão levantada é relacionado pelo psicólogo ao campo da vulnerabilidade e da desigualdade social, mas estas sendo entendidas como produtoras de estratégias falhas de controle dos comportamentos dos indivíduos. Numa das questões que são colocadas, trazendo o contexto brasileiro, o psicólogo entrevistado remete a situação de violência e segurança à sensação de eficácia reduzida que os brasileiros têm nas forças armadas.

Esse trabalho, apesar de, em vários momentos, apontar questões importantes que denunciam o ferimento do direito à cidadania e a construção social de desigualdade no acesso aos espaços urbanos, trata essa questão de uma forma muito simplista. A interpretação destes direitos através do controle social e pelo viés do acesso aos direitos como estratégia de modificação de comportamentos de violência, faz questionar a ideia de liberdade e cidadania.

“*Aprendizaje situado: creación y modificación de prácticas sociales em el espacio público urbano*” (PÁRAMO, 2010) é um artigo que questiona sobre como modificar práticas urbanas socialmente indesejadas e como fazer do próprio espaço da cidade um lugar para implementar estratégias de aprendizagem de

comportamentos mais adequados. Para lidar com essa questão, o autor defende que a implementação de contingências sociais na cidade. Estas, orientadas para fortalecer comportamentos adequados a tal ponto que minimize a necessidade de dispositivos de segurança e autoridades policiais, é trazida como a maneira mais eficaz de tratar a questão e aproximar os sujeitos de uma participação cidadã mais efetiva.

Diante desses posicionamentos, trazemos a seguinte questão: esses comportamentos indesejáveis ou desejáveis seriam determinados por quem? Apesar do trabalho explicitar no corpo do texto preocupações com o exercício da cidadania, tanto a questão como o modo que o artigo lida com ela remete a posicionamentos que limitam a liberdade do sujeito à determinações contingenciais, perpassadas por estímulos e respostas. Além disso, a instauração de práticas que vão ser compreendidas como limitadoras das ações dos sujeitos a determinados comportamentos, tolhe a noção de liberdade, uma vez que, nesta visão, o sujeito só se comportará a partir dessas contingências e dos comportamentos escolhidos como socialmente aceitos.

Um outro trabalho que compartilha desses mesmos posicionamentos é o artigo “Um oásis urbano: dois estudos das interações pessoa-ambiente na praça Kalina Maia, Natal/RN” (VIEGAS et al., 2014). Esse trabalho reivindica o papel das praças como um espaço de influência na qualidade de vida das pessoas e questiona suas possibilidades de uso. Para isso, procura evidenciar, através de uma pesquisa, suas possibilidades como espaço de atividades de lazer e de socialização de idosos, esperando contribuir com a proposta de programas que incentivem seu uso. Apesar de ser um tema importante para a psicologia, pensar os espaços de lazer e encontros na cidade, um texto trabalha a partir de reflexões que compreendem esse lazer e este encontro numa relação vertical. Desse modo, a escolha desses espaços não passariam pelos sujeitos. A observação dos seus comportamentos no espaço urbano é o que seria componente para a elaboração de um projeto de construção de novas praças.

Até este momento, houve uma prevalência maior de artigos que tratavam de temáticas que trabalhavam os processos urbanos distanciados de uma noção de liberdade e cidadania. A maioria dos posicionamentos encontrados, até agora, tomaram essa relação a partir de uma noção de comportamento, e colocando a

resolução em estratégias e técnicas de controle. As problematizações se deram muito mais sobre os processos que constituem as questões suscitadas, do que sobre os sujeitos e suas interações.

No ano de 1997, começamos a identificar algumas transformações no modo de questionar e no modo de tratar os processos de urbanização. Essa mesma época marca a inclusão da palavra e da noção de subjetividade nos estudos. A partir dessa data, vemos trabalhos que começam a compreender os sujeitos e o urbano em uma codependência, ou a partir de uma constituição mútua, entre sujeito e urbano.

Assim, esses trabalhos vão trazer diferentes temas articulados ao urbano: “O que querem da cidade, as adolescentes?” (CASTRO, 1997), “Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade” (RODRIGUES e BAPTISTA, 2010), “Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido” (MATIAS, 2011), “Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no *graffiti*” (FURTADO, 2012), “Arte, loucura e cidade: a invenção de novos possíveis” (LIBERATO e DIMENSTEIN, 2012), “Repercussões Psicossociais da Acessibilidade Urbana para as Pessoas com Deficiência Física” (LIMA et al., 2013), “As crianças na cidade e o acompanhamento terapêutico” (MEIRA, 2013), “*The cities of need: capitalism and subjectivity in the contemporary metropolis*” (BAPTISTA, 2013), “Cidades sutis: dispersão urbana e a rede de saúde mental” (COSTA e FONSECA, 2013), “Relações estéticas de catadores de material reciclável com a cidade: os passos da pesquisa” (BARBOZA e ZANELLA, 2014) e “Primavera urbana: a ilha deserta interroga as multidões” (SILVA e BAPTISTA, 2014).

De fato, diferentes articulações com o urbano, mas todos eles enfocando o olhar do sujeito sobre a constituição do espaço e contribuindo com avanços importantes em torno da cidadania e da liberdade. Também vão demarcar a noção de urbano a partir da subjetividade. Vilhena (2002) coloca essa questão quando traz que, apesar da dimensão simbólica do território se distanciar do desenvolvimento das teorias psicológicas, o território é um “agenciador de subjetividades” (p. 48). O espaço, então, é perpassado por processos de subjetivação que implicam a construção da identidade, uma vez que é no lugar onde se vive que se aprende a construir os sentimentos e as relações sociais. É a partir do território que ocupamos que se pode viver o preconceito, segregações e injustiças, assim como se sentir

incluído, se sentir pertencido, a depender das possibilidades e facilidades que esse espaço possa produzir. (VILHENA, 2002).

Essa é uma demarcação interessante nesse trabalho, porque acrescenta uma transformação importante. Aqui o espaço deixa de ser tomado como algo separado do sujeito, ao qual ele só pode se relacionar por meio da adaptação ou interação e passa a se apresentar na psicologia como a própria constituição da vida humana. O território é tido como um agenciador de processos de subjetivação que implicam na maneira de produzir a vida e de ver o mundo.

O trabalho “O que querem da cidade, as adolescentes?” (CASTRO, 1997) questiona as possibilidades subjetivas de adolescentes mulheres na cidade. O tratamento para essa questão é feito através de novos questionamentos sobre o espaço e do que ele traz como impossibilidades de participação social para essas jovens, destacando aspectos como a violência contra a mulher, o desamparo que a rua coloca a essas mulheres e o machismo envolto nessa discussão.

O texto traz uma preocupação com os aspectos democráticos desta problemática e coloca que “no caso das mulheres, poder ter acesso aos dispositivos culturais implica, não tão-somente oportunizar a convivência social justa e democrática, como também, quem sabe, a recriação destes dispositivos, de modo que a cultura, como um todo, se torne mais imbuída de valores femininos” (CASTRO, 1997, p. 92). Assim, o artigo produz um olhar para a democratização dos territórios urbanos quando problematiza essa relação das mulheres com a cidade, destacando a violência pela qual essas mulheres são atingidas na cidade. Ao mesmo tempo, vê em estratégias de inclusão das demandas dessas mulheres no espaço urbano e na sua liberdade de poder ir e vir com segurança, a possibilidade de mudança desta situação urbana.

O trabalho “Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade” (RODRIGUES e BAPTISTA, 2010) contribui com aspectos bastante interessantes para pensar a democratização dos espaços. Ele questiona a cidade como um lugar de cristalização e individualização dos sujeitos e traz em seu título a proposta de enfrentamento às políticas dessa subjetividade cristalizadora na cidade. Toda a discussão do trabalho vai se dar em cima da problematização desta subjetividade, que cultiva a separação entre o sujeito e a cidade. Este questionamento, as imagens da cidade e a subjetividade capitalista que ela produz

nos dão elementos para pensar na produção de novas formas de habitar a cidade. O autores não apontam no texto essas novas formas, mas compreendem que essas problematizações podem abrir espaço para elas, assim ele diz que “Abrir espaço desaloja a subjetividade dos limites do sujeito e as cidades das bordas das suas margens” (RODRIGUES e BAPTISTA, 2010, p. 429). Assinalando, deste modo, a produção da cidade desmembrada dos limites e interesses políticos e econômicos capitalistas, e abrindo espaço para onde as subjetividades possam ser constantemente produzidas e novos espaços possam ser pensados a partir do sujeito e das condições de possibilidade da cidade.

O trabalho “Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido” (MATIAS, 2011), questiona a maneira como as análises sobre crianças e jovens em situação de rua são trabalhadas. Essas análises comumente são trabalhadas questionando o que gera e como se configura sua situação de vida, e direciona sua pergunta para a história dos sentidos que a rua assume hoje. Assim, trata essa questão a partir da análise histórica e social pelas quais esses jovens produzem suas próprias formas de existência na rua.

Esse novo questionamento, trazido pelo trabalho, contribui para romper com uma tradição segregacionista, que historicamente cria artimanhas para remover pobres de determinados ambientes. Pensar em jovens em situação de rua a partir da noção de inadequação, risco, perigo, fere o direito de ir e vir. Além do mais, resulta em análises que tendem a olhar para a questão dos jovens em situação de rua pela problemática de “onde eles deveriam estar?” e na criação de estratégias que deem conta de colocar esses jovens no “lugar onde se crê que deveriam estar” e não onde eles desejam estar. Com a noção das dificuldades históricas e sociais pelas quais esses jovens passam, analisar as possibilidades de existência a partir da maneira como eles exploram a cidade e direcionar o olhar para as possibilidades que suas experiências, possibilita, reivindicar reflexões e formas de pensar o urbano a partir da ótica desses jovens, guardando princípios de democratização da rua, e potencializando pensar sobre como essa forma de existência, a partir da relação com a rua, pode ser desencadeadora de formas de inclusão social (MATIAS, 2011).

Essa análise e os avanços que ela possibilita, em termos de tratar grupos urbanos a partir de princípios de democracia e liberdade, segue uma noção próxima a que desencadeia o trabalho “Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no

graffiti” (FURTADO, 2012). Nesse trabalho a questão principal é pensar as possibilidades da rua para as tribos urbanas de criação no *graffiti*. E, mais uma vez, um grupo urbano que sofre injustiças históricas e sociais não é trabalhado pela psicologia como um problema, ou a partir do olhar sobre a inadequação do grupo àquele espaço. São exploradas suas possibilidades de pertencimento e potencializadas as suas formas de expressão e inclusão no espaço urbano. Segue também, a partir destas mesmas contribuições, o trabalho “Relações estéticas dos catadores de material reciclável com a cidade: os passos da pesquisa” (SILVA e BAPTISTA, 2014), que vai fazer um questionamento sobre o olhar de catadores de material reciclável sobre a cidade. E para tratar a questão, o trabalho procurou compreender o modo como esses catadores significam a cidade e se implicam sobre ela, como forma de ampliar os olhares sobre a cidade e incluir outros processos subjetivos.

O artigo, “Arte, loucura e cidade: a invenção de novos possíveis” (LIBERATO e DIMENSTEIN, 2013) é um registro importante. Ele marca, em nossa pesquisa, a primeira questão levantada pela psicologia envolvendo o urbano junto com um objeto tradicional da psicologia a partir do entendimento de uma relação com a subjetividade, a saúde mental. A saúde mental, sendo uma área tradicional de interesse da psicologia, é tomada nesse trabalho em codependência com a construção e vivência na cidade. Essa reflexão é importante por ser a primeira com a qual nos deparamos que não só questiona essa relação como afirma sua necessidade. Apesar do trabalho citar outros trabalhos, de outras fontes e outras disciplinas que selecionamos neste trabalho, ele se posiciona como um agenciador que possibilita essa relação nos estudos da psicologia. Essa relação é importante para pensar a segregação que as instituições de saúde mental imprimem e, junto com o grito da luta antimanicomial, pensar em espaços urbanos como possibilitadores de relações que contribuam para a saúde mental da população, tanto no nível da prevenção como em possibilidades terapêuticas.

Os trabalhos de 2013 “As crianças na cidade e o acompanhamento terapêutico” (MEIRA) e “Cidades sutis: dispersão urbana e a rede de saúde mental” (COSTA e FONSECA), também trazem uma contribuição similar da psicologia à temática dos espaços urbanos. O primeiro relaciona o acompanhamento terapêutico, um instrumento da psicologia, em articulação com a cidade, ampliando as

possibilidades da cidade como produtora de novos processos subjetivos que incluam as demandas de saúde mental da infância. O segundo, além de contribuir para a uma articulação da psicologia como temática junto aos processos de urbanização, traz outros aspectos importantes. Problematiza as transformações da cidade e as possibilidades da rede de assistência em saúde mental na cidade, e trata essa temática historicizando essa relação, a partir da problematização da lógica binária que perpassa a rede de saúde mental e a cidade. Como nesse trecho no qual o artigo exemplifica essa constituição histórica: “assim, instituía-se uma lógica binária urbana e psiquiátrica, a qual construía círculos cocêntricos fortemente segmentados entre si instituindo uma dialética do dentro e do fora.” (p. 22).

É importante pensar sobre a demarcação dessa divisão dos espaços urbanos e dos dispositivos de segurança para que alguns seres humanos não possam atravessar determinados espaços como uma estratégia tradicional de segregação urbana. Seja para proteger a rua dos considerados loucos e perigosos, como no caso das instituições manicomiais, ou para proteger esses espaços fechados dos loucos e perigosos como pontuado no texto Caldeira (1997). A contribuição de trabalhos que trazem esta contradição entre promoção de cidadania por meio de uma rede de saúde mental, ao mesmo tempo em que usa esse dispositivo como um meio de ferir direitos desta mesma cidadania, tem um papel significativo para pensar os direitos e a democratização dos espaços urbanos.

Seguindo nossa análise com o trabalho “Repercussões Psicossociais da Acessibilidade Urbana para as Pessoas com Deficiência Física” (LIMA, et al, 2013), temos uma outra relação fundamental sendo questionada pela primeira vez na psicologia, que é a dos espaços urbanos com a mobilidade urbana para pessoas com deficiência física. O trabalho questiona os aspectos que envolvem a vida e os direitos das pessoas com deficiência física na cidade e trata essa questão a partir de uma análise psicossocial. Apesar de usar recorrentemente termos ligados aos seus objetivos como “verificar”, “percepção” (p.363), “adequado” (p. 365), tradicionalmente ligados à ideia de uma noção segregacionista nos trabalhos que tematizam o espaço urbano, o artigo traz alguns aspectos importantes no que se refere a aproximação com direitos de cidadania nos espaços urbanos. E pontua reflexões importantes sobre a acessibilidade urbana como produtora do sentimento de pertença à cidade e o reconhecimento da cidadania pelas pessoas com deficiência física.

O artigo “Para desacostumar o olhar sobre a presença do indígena no urbano” (STOCK e FONSECA, 2013), problematiza um tema interessante em articulação com o urbano, as construções que se dão em torno dos modos como os indígenas habitam a cidade. Esse trabalho questiona a lógica binária capitalista que constrói olhares sobre o indígena que o colocam na posição de viver do mesmo modo que viviam há 500 anos ou serem “brancos” (p. 286). Assim, as autoras apontam para essas categorias binárias que se opõem e se excluem e lançam o olhar para a relação do indígena com o urbano como um devir, em que é possível, a partir da alteridade, ampliar as formas de ser e estar no urbano em que coexista a multiplicidade das subjetividades dos que constituem a cidade.

Os trabalhos “*The cities of need: capitalism and subjectivity in the contemporary metropolis*” (BAPTISTA, 2013) e “Primavera urbana: a ilha deserta interroga multidões” (SILVA e BAPTISTA, 2014), são dois trabalhos que trazem o nome de um autor em comum, Luis Antônio dos Santos Baptista e, apesar de enfocarem temas diferentes, trazem questões e contribuições importantes e similares aos processos de urbanização. O primeiro artigo questiona as articulações entre subjetividade e capitalismo nas metrópoles contemporâneas e trata a questão analisando as relações singulares da produção subjetiva através do capitalismo. O segundo artigo questiona as implicações éticas e políticas das ciências humanas frente às formas contemporâneas de resistência. Trata essa questão a partir da análise do modo de produção capitalista, relacionado-o à modernidade científica, ao liberalismo e à racionalidade política clássica.

Os questionamentos e as formas de tratar essas questões assinaladas nesses trabalhos se colocam como avanços importantes na contribuição da psicologia para a produção do espaço. Problematizar as estruturas sociais, políticas e econômicas que produzem o urbano, questionar os saberes que produzem formas de existência na cidade, afirma uma postura ética da psicologia, cada vez mais comprometida com processos que diminuam práticas de opressão. Essa postura tem fomentado, crescentemente, reflexões e ações sobre o espaço, que aproximam sua construção de um pensamento democrático. Isso se reflete na produção encontrada neste trabalho, que explicita que a preocupação com essa temática e sua implicação no cotidiano tem tomado cada vez mais espaço e tem sido tratada a partir de questionamentos cada vez mais implicados com o cotidiano e as pessoas.

Um ponto importante a ser observado como contribuição desses trabalhos é que a temática dos processos de urbanização, apesar de ser recente nos estudos da psicologia, foi pensada a partir das principais construções teórico-metodológicas da psicologia.

Várias abordagens teóricas e percursos metodológicos que tendem, por vezes, a legitimar exclusões ou questionar estruturas e provocar rupturas no modo de construção do urbano olharam para os modos de habitar a cidade. Os referenciais teóricos adotados nos artigos caminharam por meio da psicanálise, do interacionismo, da psicologia comportamental, da psicologia sócio-histórica e de teorias embasadas em autores que problematizam o social, tomadas pela psicologia social.

Essas várias abordagens teóricas e caminhos metodológicos ajudam a pensar de que forma cada uma se voltou, nesses trabalhos, para diferentes concepções de sujeito, assinalando preocupações e focos, configurando a psicologia de diferentes formas. Rose (1991 *apud* HUNING et al., 2014) explica que a psicologia não é simplesmente uma disciplina teórica, uma vez que a psicologia se insere no cotidiano, produzindo a maneira como vemos o mundo e nos relacionamos com ele. A partir da inserção dessa ciência na vida comum, produz-se a maneira como se conduz os relacionamentos, tanto com nós mesmos como com os outros.

Acompanhamos transformações que caminham no sentido de aproximar cada vez mais a psicologia do urbano e posicionar essa relação junto da produção subjetiva que perpassa o cotidiano, a vida prática. Os últimos anos de publicações deixaram clara esta preocupação da psicologia.

A Psicologia tem se aproximado cada vez mais e se posicionado diante dessa produção subjetiva que envolve a produção dos territórios urbanos. E tem se debruçado sobre problematizações importantes, abordados temas relevantes que se voltam para a democratização dos territórios urbanos na sua produção de conhecimento.

Apesar de a psicologia ter lançado mão de vários referenciais teóricos, é importante assinalar as contribuições da psicologia social, especialmente nos últimos anos, se debruçando sobre um maior número de pesquisas relacionadas à temática dos processos de urbanização e reconstruindo, ao mesmo tempo em que

mantendo a discussão, trazendo reflexões que possibilitam pensar em formas de inclusão nos espaços urbanos.

Essa também é uma contribuição extremamente importante do ponto de vista da perspectiva teórico-metodológica desse trabalho, que entende o urbano como um processo, como produtor de práticas sociais que se renovam constantemente, produzindo sentidos, experiências, subjetividade. Assim como é importante para a psicologia o movimento de pensar essa temática por diferentes perspectivas, uma vez que a partir de novas noções de sujeito e de mundo é possível ampliar, englobar novas demandas, pensar e construir outros objetos. E, a partir deste objeto e destas perspectivas, eleger novas questões importantes, assim, como o tema dos processos de subjetivação são um campo importante na psicologia social atualmente.

Atentar para os estudos dos processos de urbanização é uma ruptura importante com os temas clássicos da psicologia, uma vez que os primeiros foram, em grande medida, negligenciados por esse campo de saber. Soma-se a isso, a relação com o espaço urbano como lugar onde ocorrem inúmeras formas de segregação, de discriminação, de medo, de desigualdades e de injustiças sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assinalando essas transformações e contribuições, partimos para as considerações finais. Nosso objetivo nesta pesquisa foi conhecer e analisar de que maneira a psicologia brasileira se aproxima e constitui a temática dos processos de urbanização.

No primeiro capítulo, fizemos uma apresentação e aproximação do campo de pesquisa dos processos de urbanização. Apresentamos a estrutura do trabalho e a nossa escolha de fazer os capítulos de análise a partir dos objetivos específicos. Expusemos a nossa visão teórica e epistemológica, assinalamos as práticas aqui defendidas e nosso interesse em construir uma pesquisa parcial e local, sem compromisso com a legitimidade de um conhecimento. Neste capítulo também foi assinalado o percurso pelo qual nos norteamos na construção deste trabalho, a psicologia histórica de Nikolas Rose. Desse modo, a fim de organizar o nosso material de análise, iniciamos a seleção dos documentos dessa pesquisa seguindo alguns passos da revisão sistemática de literatura, principalmente aqueles que não comprometeram a perspectiva de conhecimento produzida neste trabalho, em que não buscamos evidenciar ou esgotar o objeto dos processos de urbanização, mas produzir reflexões parciais sobre eles. Seguimos com uma revisão de literatura. Assim, selecionados e organizamos os materiais, que se referem a 17 artigos, tivemos um quadro expositivo fundamental para a construção dos capítulos posteriores.

No capítulo seguinte analisamos quais são as problematizações feitas em relação aos processos de urbanização na produção de conhecimento em psicologia. Trabalhamos as aproximações entre psicologia e processos de urbanização no Brasil articulando a discussão dos dados referentes ao primeiro objetivo específico proposto no estudo: analisar quais são as problematizações feitas em relação aos processos de urbanização na produção de conhecimento em psicologia. Discutimos o modo como o urbano começa a ingressar nos estudos na psicologia e como se constituem novas concepções dos processos de urbanização nesse campo de saber. Assim, tratamos que o primeiro artigo que traz o tema dos processos de urbanização é de 1987. Após essa data tivemos outras publicações em 1990, 1997, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Nos últimos anos, especificamente a partir de 2010, acompanhamos uma periodicidade maior das publicações que trouxeram o tema dos

processos de urbanização de forma que essa temática tem tomado mais espaço e se tornado mais frequente nas produções acadêmicas da psicologia, do mesmo modo que as formas pelas quais se conduziram esses temas.

Apesar de não acompanharmos uma unidade temática, teórica ou metodológica nesses estudos, vimos que nos primeiros anos os artigos trabalhavam com perspectivas mais ligadas a uma noção individualizante dos espaços urbanos. Traziam questões ligadas às ciências naturais e abordando o urbano como um ambiente de controle, adaptação e sentimentos dos indivíduos, com problematizações que se norteiam pela adequação do indivíduo ao espaço. Nessas produções identificamos uma maneira natural e mais saudável de habitar os espaços urbanos e a preocupação da psicologia em descobrir técnicas eficazes de adequação dos sujeitos à cidade. Esse conjunto de trabalhos mostrou que essa perspectiva de urbano como algo externo ao sujeito tem uma força nas análises da psicologia, atravessando sua história de constituição do urbano.

A partir de 1997, temos o primeiro trabalho em que se insere a palavra subjetividade e um olhar para os processos de urbanização a partir da problematização do social. Esse trabalho demarca um momento importante na história desse objeto na psicologia, pois a partir daí surge uma série de outros artigos que vão trabalhar o urbano a partir da problematização do social, entendendo-o em constituição mútua com a subjetividade. Da época deste primeiro trabalho até 2014 vemos que em 14 trabalhos selecionados que datam deste período, somente 2 vão trazer perspectivas mais individualizantes, o que mostra uma predominância nas análises que privilegiam o urbano como um espaço de constituição mútua com os sujeitos nos últimos anos. Essas publicações rompem com o modo de fazer história e ciência tradicionais e trazem problematizações que reivindicam uma relação histórica, narrada a partir da relação do sujeito com o espaço.

Os principais temas e questões abordados e articulados ao urbano nos trabalhos que selecionamos nesta pesquisa foram urbanização de favelas, acessibilidade urbana, políticas de subjetivação, catadores de material reciclável, tribos urbanas, adolescência na cidade, jovens em situação de rua, modificação de comportamentos na cidade e a interface entre o urbano e a psicologia ou saúde mental. Esses últimos são trabalhos fazem uma demarcação interessante a partir do

ano de 1990, pois vão ligar a psicologia ao campo de estudo dos processos de urbanização, como vão trazer à temática dos processos de urbanização a discussão tradicional da psicologia, a saúde mental. Essa demarcação vai configurando aproximações e suscitando questões que permitem problematizar cada vez mais a relação entre a psicologia e os processos de urbanização.

Nesse capítulo ainda são tomadas as questões dicotômicas que são trazidas entre espaço público e espaço privado trazidas nos artigos. Essas noções são envoltas por uma noção de segurança, mantida pela construção segregacionista dos espaços urbanos. Desta maneira, esses processos de exclusão, de opressão, de preconceito que têm sido naturalizados e reproduzidos nas problemáticas trazidas por essas produções da psicologia, negam as condições e possibilidades sociais, históricas, culturais e materiais que governam a produção dos espaços urbanos.

No terceiro capítulo, identificamos quais referenciais teóricos e métodos a psicologia tomou pra discutir os processos de urbanização. Refletimos sobre as legitimações e rupturas na produção teórica da psicologia. Procuramos discutir os princípios teórico-metodológicos pelo quais a psicologia tem se norteado na abordagem dos processos de urbanização e sua produção em torno dos projetos de construção dos espaços urbanos na cidade.

Foram analisadas as formas pelas quais os discursos das diversas construções científicas que fundamentam essas práticas afirmam e dão visibilidade a determinadas concepções de sujeito. Assim, nos debruçamos sobre a análise dos argumentos e dos saberes convocados e autorizados para respaldar a construção de um determinado território. Nove trabalhos deixaram explícito no texto a abordagem teórica adotada. A identificação desses discursos e das abordagens teóricas correspondentes foi uma etapa difícil, porque muitos deles não pareciam possuir uma unidade teórico-metodológica, sendo atravessados por diferentes perspectivas. Desse modo, a ligação da maioria desses trabalhos a algumas perspectivas teóricas, nesta pesquisa, se deu a partir do olhar para seus temas, metodologias, autores e suas principais relações teóricas dentro das escolas de psicologia. A partir desses critérios, identificamos 1 trabalho que tem ligação com a psicanálise, 1 trabalho que se baseia numa perspectiva interacionista, 3 que se afinam à psicologia comportamental e 12 que se voltam à psicologia social.

Nas primeiras publicações, coincidindo com os artigos que fazem problematizações adaptacionistas descritos no capítulo anterior, as questões teórico-metodológicas vão enfatizar construções que se norteiam por esse mesmo olhar, lançando mão de ferramentas que buscam evidenciar verdades e naturalizar a análise dos processos de urbanização. Nos trabalhos seguintes as estratégias teórico-metodológicas vão trazer rupturas com essa prática, dando visibilidade à subjetividade e aos discursos que constituem os processos de urbanização. A maioria desses trabalhos trazem recorrentemente a psicologia social a partir da psicologia sócio-histórica e de teóricos como Walter Benjamin, Michel Foucault, Nietzsche e Deleuze, que trabalham com perspectivas que atentam para o social como um campo de problematizações e transformações. Isso parece nos dizer que mesmo diante da diversidade teórico-metodológica na abordagem do urbano, as ferramentas que têm sido usadas para construir os processos de urbanização na psicologia têm feito um movimento no sentido de dar visibilidade a esse objeto como uma produção social.

No quarto capítulo, discutimos as transformações e contribuições do conhecimento produzido pela psicologia em relação à abordagem dos processos de urbanização. Tratamos das problematizações e contribuições da psicologia para a temática dos processos de urbanização. Abordamos, então, o terceiro objetivo específico proposto. Para isso, discutimos as transformações e contribuições do conhecimento produzido pela psicologia em relação à abordagem dos processos de urbanização. Buscamos expor as críticas e considerações da psicologia em torno dos processos de urbanização e analisar se essas construções fazem alusão às questões que envolvem cidadania e liberdade nos espaços urbanos.

Deste modo, a psicologia tem contribuído para que o tema dos processos de urbanização tome espaço nas suas discussões e práticas. A partir do olhar para o nosso material de análise, podemos dizer que a história atual da psicologia reflete sua ligação mais próxima aos processos de urbanização, assim como seu olhar mais próximo a pressupostos de cidadania e liberdade na construção do urbano. Esse tema, no entanto, não pôde ser isento dos mesmos mecanismos, contradições, construções e rupturas históricas que constituem a psicologia. Calcados na dicotomia propulsionada pelo debate da psicologia entre indivíduo e sociedade, alguns artigos encontrados, a partir dessa herança, vão conceber o sujeito apartado

do urbano e, por conseguinte, tratar a noção de cidadania separada da noção de liberdade. Suas principais problematizações diziam respeito à criação de formas de adaptar o sujeito ao espaço e eram tratadas a partir da produção de técnicas mais eficazes de manejo dos sujeitos para a resolução da situação urbana em questão.

Algumas transformações na psicologia vão trazer a noção de subjetividade e aproximar o sujeito do social. De modo que vemos a maioria dos trabalhos publicados a partir de 1997 tratando questões de cidadania a partir do olhar dos sujeitos para a cidade.

A análise desses artigos posicionou a psicologia tanto na fomentação de práticas de cidadania como na produção da exclusão e de injustiças sociais no espaço urbano. No entanto, o fato da temática dos processos de urbanização, apesar de recente nos estudos desta ciência, ter sido pensada a partir de suas principais construções teórico-metodológicas é uma contribuição importante da psicologia para a produção do urbano, porque isso fomenta reflexões e ações sobre o espaço, que aproximam sua construção de práticas democráticas.

Tanto abordagens teóricas e percursos metodológicos que legitimam exclusões, como as que questionam estruturas e provocam rupturas no modo de construção do urbano olharam para os modos de experimentar a cidade. A maneira como esse conjunto de trabalhos se voltou para diversas visões de homem, elegendo preocupações e focos sobre o urbano, produz um olhar para a trajetória da psicologia que tem resultado, nesses trabalhos atuais, em problematizações importantes e na abordagem de questões relevantes para a cidadania nos territórios urbanos.

Nessas problematizações destacamos as contribuições da psicologia social que, ao mesmo tempo em que têm mantido grande parte da discussão nos últimos anos, vem trazendo reflexões que possibilitam pensar em formas de inclusão nos espaços urbanos. Esses estudos provocam uma ruptura importante com os temas clássicos da psicologia, porque o espaço urbano é um lugar que também precisa ser pensado, olhado com cuidado, pois nele ocorrem inúmeras formas de opressão.

Em resumo, vemos que os processos de urbanização na psicologia foram gradativamente tomando mais espaço, ganhando amplitude e periodicidade, assim como as formas pelas quais se tratou e se estudou esse tema. Mesmo coexistindo diversas práticas em todo o percurso histórico de tomada desse objeto, foi-se

constituindo na psicologia um afastamento de questões teóricas e metodológicas pautadas em olhares individualizantes sobre o urbano em detrimento de problematizações que privilegiam os processos de urbanização como uma construção social e aproximam as reflexões sobre o urbano de práticas de cidadania e liberdade.

Com este trabalho tomamos clareza do quanto o papel da construção dos processos de subjetivação são importantes para pensar as práticas da psicologia e para construir reflexões mais comprometidas com a democracia, a liberdade, a cidadania e uma ética pautada em posicionamentos políticos de valorização da existência.

Assim, por toda a análise feita neste trabalho perpassou a discussão de como as produções da psicologia se assentam em suas construções de homem e visão de mundo, pelas quais foi possível pensar a questão da subjetividade. Observamos, ao longo das análises que, a depender dessa noção de subjetividade são produzidos rumos teóricos e metodológicos que aproximam ou distanciam as pessoas da construção da cidade em que vivem.

Intentamos que este olhar para a diversidade de concepções de urbano construída pela psicologia permita pensar o lugar dessa ciência na manutenção de práticas excludentes que ocorrem a partir de uma construção dos espaços, comumente justificada por concepções que naturalizam divisões e ferem direitos. E que olhar para as práticas psicológicas na construção do espaço urbano possibilite identificar e pensar em caminhos que produzam rupturas com demandas políticas e econômicas que primam pela segregação e periferização dos territórios urbanos. E a partir disso, se faça com que seja possível pensar o espaço com todos os efeitos que sua construção gera na produção da vida nos territórios urbanos, permitindo priorizar essa articulação entre a subjetividade e as produções urbanas.

Esperamos que essa dissertação, que é mais uma construção dos processos de urbanização pela psicologia, além de demarcar mais uma produção da psicologia comprometida com a democratização dos espaços públicos, possa também colaborar com reflexões na produção de conhecimento na psicologia, aproximando-o da temática dos processos de urbanização, e que esse conhecimento produzido possa contribuir para a construção de políticas públicas que visem projetos urbanos de valorização da vida na cidade.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1949 - ISSN 1809-5267.

BAPTISTA, Luis Antônio dos Santos. The cities of need: capitalism and subjectivity in the contemporary metropolis./ *Psicologia e Sociedade*, v. 25, p.51-64, **Associação Brasileira de Psicologia Social**: Minas Gerais, Brasil, 2013.

BARBOZA, D. ; ZANELLA, A.V. . Relações estéticas dos catadores de material reciclável com a cidade: os passos da pesquisa. **Psicologia & Sociedade** (Online), v. 26, p. 53-62, 2014.

BAUDRILARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BOMFIM, E. M. ; LIMA, M. E. A. T. ; MACHADO, M. N. M. . 'Acaba Mundo': da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana em favela. **Psicologia e Sociedade** (Impresso) , v. III, p. 57-79, 1987.

CABRAL, A. R. ; BAPTISTA, L. A. . Cidade-Imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. **Psicologia e Sociedade**, v. 22, p. 422-429, 2010.

CALDEIRA, Tereza. P. R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 155-176, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 48., 4º ed, 2011.

CASTRO, L. R. de . O que Querem da Cidade os Adolescentes?. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio De Janeiro, v. 49, n.4, p. 79-93, 1997.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Niterói: Intertexto, Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COSTA, L. A. ; FONSECA, T. M. G. . Cidades sutis: dispersão urbana e da rede de saúde mental. **Psicologia e Sociedade**, v. 25, p. 21-30, 2013.

FERREIRA NETO, J. L. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia (UFF)**, Niterói, v. 16, n.1, p. 111-120, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FURTADO, J. R. . Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no graffiti. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 217-226, 2012.

GUARESCHI, N. M. F.; REIS, C.; AZAMBUJA, M. A.; HÜNING, S. M. **Descontinuidades na história da produção do conhecimento em Psicologia Social brasileira**. vol. 13, n. 3, p. 149-157, Barcelona: Athenea Digital, nov. 2013.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F.; AZAMBUJA, M. A.; REIS, C. Subjetividades, Globalização Urbanização: Novos Objetos da Psicologia Social Brasileira nos Simpósios da ANPEPP. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34. n. 2, p. 460-473, 2014.

HÜNING, Simone Maria. Psicologia, espaços urbanos e violência In: LEMOS Flávia Cristina Silveira; GALINDO, Dolores; BENGIO, Fernanda; FRANCO, Ana Carolina; SOUZA, Giane; SILVA, Daiane da. (Org.). **Psicologia social, direitos humanos e história: transversalizando acontecimentos do presente**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2015, v. 1, p. 73-90.

JACÓ-VILELA, A.M, VALENTIM, R. P. F. **Revisitar caminhos, percorrer a história: os quarenta anos da revista Psico**. v. 42, n. 3, p. 285-287, Porto Alegre: Psico, 2011.

JOCKYMAN, Vinícius. **Gabriel Moser e a Psicologia da vida urbana**. PSICO: v. 20, n. 2., 1990

LARROSA, J. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação & Realidade**, v, 29, n. 1, p. 27-43, 2004.

LIBERATO, M. T. C.; DIMENSTEIN, M. D. B. . Arte, loucura e cidade: a invenção de novos possíveis. **Psicologia & Sociedade** (Online), v. 25, p. 272-281, 2013.

LIMA, S. S. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. ; MARINHO, L. M. S. . Repercussões psicossociais da acessibilidade urbana para as pessoas com deficiência física. **Psico** (PUCRS. Online), v. 44, p. 362-371, 2013.

MACHADO, M. N. M. . Proprietários e posseiros urbanos: interações. **Psicologia e Sociedade**, ABRAPSO Belo Horizonte, ano IV, v. 6, n.9, p. 9-25, 1990.

MATIAS, Hugo Juliano Duarte. Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, p. 237-247, 2011.

MEIRA, A. M. As crianças na cidade e o acompanhamento terapêutico. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. esp. 2, p. 41-45, São Paulo, ago/2013.

PÁRAMO, P. Aprendizaje situado: creación y modificación de prácticas sociales en el espacio público urbano. **Psicologia & Sociedade**, v.22, n. 1, p.130-138, 2010.

PSICO. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1981 - ISSN 0103-5371.

PSIC. SOC. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Psicologia Social, 1986 - ISSN 0102-7182.

ROSE, N. A psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**. v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008.

ROSE, N. **Power and Subjectivity: Critical History and Psychology, 1991**. Disponível em: <<http://academyanalyticcarters.org/rose1.html>>. Acesso em: jan. 2016.

ROSE, N.. **Inventing our Selves**. Cambridge University Press, 1996. Buenos Aires, 1996. Tradução de Sandra De Luca e María del Carmen Marchesi. Disponível em: <http://www.elseminario.com.ar/biblioteca/Rose_Cap_2_Historia_critica_psicologia.htm>. Acesso em: Jan. 2016

SAMPAIO, R. F; MANCINE, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013. Acesso em: 05 jan. 2015

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Graal, 2012.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, R. N. **Notas para uma genealogia da psicologia social**. São Paulo: *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 12-19, 2004.

SILVA, R. L. E. ; BAPTISTA, L. A. S. . Primavera Urbana: a ilha deserta interroga as multidões. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, p. 182-192, 2014.

STOCK, B. S. ; FONSECA, T. M. G. Para desacostumar o olhar sobre a presença indígena no urbano. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 282-287, 2013.

VIEGAS, Cíntia Camila Liberalino; SILVA, Eduardo Alexandre Ribeiro da; ELALI, Gleice Azambuja. **Um Oásis Urbano: Dois Estudos das Interações Pessoa-Ambiente na Praça Kalina Maia, Natal/RN**. *PSICO* v. 45, n. 3, pp. 305-315, jul.-set. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, RN, Brasil, 2014.

VILHENA, J. *Da cidade onde vivemos a uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade*. **Cadernos do Tempo Psicanalítico**. Rio de Janeiro: Pulsional, n. 163, 2002, p. 48-54.